



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

EDUARDA SAMANDA REIS ARAÚJO

**SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO PERMANENTE: Uma análise a partir das
iniciativas desenvolvidas pelo Conjunto CFESS-CRESS e ABEPSS (2019-2022)**

Recife
2023

EDUARDA SAMANDA REIS ARAÚJO

SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO PERMANENTE: Uma análise a partir das iniciativas desenvolvidas pelo Conjunto CFESS-CRESS e ABEPSS (2019-2022)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Evelyne Medeiros Pereira

Recife

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Araújo, Eduarda Samanda Reis.

Serviço Social e Educação Permanente: Uma análise a partir das iniciativas desenvolvidas pelo Conjunto CFESS-CRESS e ABEPSS (2019-2022) / Eduarda Samanda Reis Araújo. - Recife, 2023.

79 p.

Orientador(a): Evelyne Medeiros Pereira

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Serviço Social - Bacharelado, 2023.

1. Educação Permanente. 2. Serviço Social. 3. Hegemonia. 4. Neoconservadorismo. I. Pereira, Evelyne Medeiros. (Orientação). II. Título.

360 CDD (22.ed.)

EDUARDA SAMANDA REIS ARAÚJO

SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO PERMANENTE: Uma análise a partir das iniciativas desenvolvidas pelo Conjunto CFESS-CRESS e ABEPSS (2019-2022)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: 09/10/2023

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Evelyne Medeiros Pereira (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Ana Cristina de Souza Vieira (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Dedico este TCC aos meus pais e a todos os educadores que permanecem sendo resistência aos modelos tradicionais de educação.

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho ao meu pai, Edgar José (*In Memoriam*), um homem agricultor, que sempre batalhou para me dar a melhor educação, que esteve ao meu lado durante esses 24 anos, mas, infelizmente, faleceu antes de me ver formada. Sei que meu pai teria orgulho de me ver concluindo este curso. Agradeço de todo o coração.

À minha família, meu irmão, em especial a minha mãe, Selma, que sempre faz o possível e o impossível para me dar uma educação de qualidade. Agradeço à minha tia e segunda mãe, Vera, que sempre me deu apoio e sempre esteve ao meu lado. Amo vocês.

Aos amigos, amigas e amigues que fiz durante o percurso acadêmico. Foi divertido compartilhar momentos e sentimentos de estresse, de felicidades, muitas risadas, angústias, medo da reprovação haha. Tudo foi mais reconfortante com vocês ao meu lado. Em especial, gostaria de agradecer aos meus amigos e também parceiros de trabalhos da graduação, Layza, minha amiga querida, Luciene, João, Alessandra, Amanda são amigos(as) queridos, estarei sempre torcendo por vocês. Confio que serão ótimos profissionais. Também agradeço Amanda Vitória e Will, tenho profunda admiração e carinho por vocês, obrigada por me apoiar nesse processo de construção do tcc. Também agradeço aos amigos que compartilharam risadas e conversas nas idas e vindas da nossa cidade do interior até a UFPE. Aos meus amigos fora da graduação, em especial, Joany, Iasmin, Lola e Mona.

À minha supervisora de estágio, Josinês Barbosa Rabelo. Também agradeço à minha parceira de estágio, Maria Aparecida, que esteve compartilhando todos os processos construtivos e também as frustrações da vida.

Ao meu gatinho querido, baby lindinho, que sempre esteve ao meu lado, madrugando na escrita do tcc, tornando esse processo menos solitário.

Aos professores que admiro e que também tornaram o espaço acadêmico um lugar menos exaustivo para mim. Em especial, gostaria de agradecer pelos acolhimentos das/os professoras Ana Vieira, Flávia Clemente, Sandra Batista e Henrique Costa.

À minha orientadora, Evelyne Medeiros, que me inspira, que durante o percurso acadêmico foi fundamental para a minha formação pessoal e profissional, me deu apoio e me incentivou, principalmente no processo árduo da construção do tcc. Uma mulher comprometida com a nossa luta, com a luta da classe trabalhadora, com a nossa formação profissional. Sou extremamente grata pelo carinho e pelo acolhimento nesses momentos de constantes lutas.

"Seria uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceberem as injustiças sociais de maneira crítica"
(Paulo Freire)

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso apresenta um estudo sobre o Serviço Social e a Educação Permanente a partir da Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS e das iniciativas desenvolvidas pelas entidades representativas da profissão: ABEPSS e Conjunto CFESS-CRESS. O estudo deriva das inquietações surgidas ao decorrer do estágio curricular obrigatório em relação às ameaças neoconservadoras e o avanço do neoliberalismo sobre a educação, o projeto ético-político e o estatuto profissional. Logo, teve como objetivo geral refletir sobre a importância político-estratégica da Educação Permanente na disputa de hegemonia no Serviço Social, priorizando o período de 2019 a 2022. Isso tendo em vista o conjunto de iniciativas neofascistas e neoliberais atreladas ao Governo de Bolsonaro, que refletiram diretamente no Serviço Social se configurando como ameaças neoconservadoras, bem como a ampliação de intensos desmontes aos direitos da classe trabalhadora, do ensino superior e da formação dos estudantes. Nesse sentido, evidencia-se um período de impulsionamento do ensino à distância sem compromisso com uma educação de qualidade, ganhando mais respaldo no período pandêmico, , , servindo apenas para beneficiar o projeto hegemônico do capital. Para alcançar os objetivos desejados, o trabalho se orientou pelo método crítico dialético, ancorado à teoria social crítica, sendo uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter exploratório e explicativo, embasada no estudo documental e bibliográfico. O levantamento documental se situou na análise da Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS e nos Relatórios Finais da Gestão do Conjunto CFESS-CRESS (2017-2020) e (2020-2023), como meios para identificação dos limites e potenciais das iniciativas mais recentemente desenvolvidas pelas entidades representativas do Serviço Social. A análise aponta o potencial da Educação Permanente como instrumento político-estratégico de disputa de hegemonia no Serviço Social brasileiro, contribuindo para o enfrentamento ao avanço neoconservador dentro e fora da profissão.

Palavras-chave: Educação Permanente; Serviço Social; Hegemonia; Neoconservadorismo.

ABSTRACT

This paper presents a study on Social Service and Permanent Education, based on the Permanent Education Policy of the CFESS-CRESS Set, and an analysis of the initiatives developed by the entities representing the profession, ABEPSS and CFESS-CRESS. The study derives from concerns that arose during the mandatory curricular internship in relation to neoconservative threats and the advance of neoliberalism in education, the ethical-political project and professional status. Therefore, its general objective was to reflect on the political-strategic importance of Permanent Education in the dispute for hegemony in Social Service, prioritizing the period from 2019 to 2022. This in view of the set of initiatives linked to the Bolsonaro Government, the neo-fascist movement, to reactionaryism, neoliberalism that reflected directly on Social Service, configuring itself as neoconservative threats, as well as the expansion of dismantling of the working class rights, higher education and student training. In this sense, there is a period of insertion of distance learning without commitment to quality education, gaining more support in the pandemic period masked by the discourse of society's development, serving only to benefit the hegemonic project of capital. To achieve the desired objectives, the work was guided by the critical dialectical method, anchored to critical social theory, being a research with a qualitative approach, exploratory and explanatory in nature, based on documentary and bibliographic study. The documentary survey was based on the analysis of the Permanent Education Policy of the CFESS-CRESS Set and the Final Management Reports of the CFESS-CRESS Set (2017-2020) and (2020-2023), as a means of identifying the limits and potential of the initiatives more recently developed by entities representing Social Service. The analysis highlights the potential of Continuing Education as a political-strategic instrument to dispute hegemony in Brazilian Social Service, contributing to confronting the neoconservative advance inside and outside the profession.

Keywords: Permanent Education; Social Services; Hegemony; Neoconservatism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
EAD	Ensino à Distância
ENESSO	Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social
EPS	Educação Permanente em Saúde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LGBTQ+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e mais
NEP	Núcleo de Educação Permanente
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OPAS	Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Organização Pan Americana de Saúde
PIB	Produto Interno Bruto
PNE	Plano Nacional de Educação
PNEPS	Política Nacional de Educação Permanente em Saúde
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUS	Sistema Único de Saúde
TICs	Tecnologia da Informação e Comunicação)
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	OFENSIVA NEOLIBERAL E DISPUTA DE HEGEMONIA NO SERVIÇO SOCIAL	17
2.1	AVANÇO DO NEOCONSERVADORISMO, DESAFIOS PARA O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E IMPACTOS NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL	17
2.2	PROJETOS EM DISPUTA NA REALIDADE BRASILEIRA ATUAL: educação em foco	25
3	EDUCAÇÃO PERMANENTE E SERVIÇO SOCIAL: CONTEXTUALIZAÇÕES, DIÁLOGOS E APROXIMAÇÕES	35
3.1	EDUCAÇÃO PERMANENTE: uma breve contextualização	36
3.2	A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE DO CONJUNTO CFESS-CRESS: algumas considerações	44
3.3	EDUCAÇÃO PERMANENTE COMO UM INSTRUMENTO POLÍTICO-ESTRATÉGICO NA CONSTRUÇÃO E DISPUTA PELA HEGEMONIA NO SERVIÇO SOCIAL: reflexões a partir do último período (2019-2022)	54
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
	REFERÊNCIAS	74

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso tem como tema a relação entre o Serviço Social e a Educação Permanente. Isto no intuito de analisar as iniciativas desenvolvidas pelas entidades representativas do Serviço Social em relação à Educação Permanente, dentro do período de 2019 a 2022. Para tanto, considerou-se como a reestruturação produtiva vem moldando as relações sociais e as relações de produção, levando ao acirramento das expressões da questão social, ao aumento da desigualdade entre as classes, aos ataques à democracia, aos desmontes da política social e dos direitos da classe trabalhadora. Essa realidade também avança sobre o projeto ético-político do Serviço Social, visto que ele também está perpassado pela hegemonia do capital mundial que usa do conservadorismo como manutenção do seu sistema.

E esse avanço sobre o projeto ético-político profissional acontece também porque o Serviço Social, após sua renovação, adotou a teoria social crítica, de caráter interventivo-crítico, alinhando à classe trabalhadora (Netto, 2006). Logo, como o projeto hegemônico burguês é contra essa classe e seus direitos, ele utiliza-se de diversos aparatos para manter sua hegemonia e desmobilizar os movimentos sociais, as organizações das classes e tudo o que esteja em prol de uma nova ordem societária pelos direitos da classe trabalhadora. Então, para reprimir as mobilizações da sociedade, a burguesia insere diversas despolitizações na educação e no trabalho que refletem fortemente na formação profissional.

Nesse ínterim, a Educação Permanente se apresenta como um processo de aprendizado e ensino contínuo, valorizando as práticas do cotidiano, por uma ação crítica e problematizadora para a transformação do sujeito e do espaço de trabalho. Com as mudanças mais recentes no conjunto das relações de trabalho, da precarização, dos desmontes da educação, ela vem ganhando mais notoriedade como uma formação contínua e problematizadora do sujeito. Contudo, seu conceito, muitas vezes, é apropriado pela classe hegemônica e substituído pelo sentido de uma educação “não-permanente”, a fim de desmobilizar os trabalhadores e desresponsabilizar as instituições que usam de Políticas Nacionais de Educação Permanente para inserir atividades no espaço de trabalhadora. Porém, apesar desse jogo de interesses, o Serviço Social tem se utilizado da Educação Permanente, através da Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS, instituída em 2012, para respaldar e fortalecer seu projeto ético político-profissional.

Logo, a aproximação com o tema foi fomentada a partir das vivências e observações ao decorrer do estágio curricular no Núcleo de Educação Permanente em Saúde (NEPS) da

Policlínica Lessa de Andrade (PLA). Durante a experiência, foi possível conhecer a Educação Permanente no Serviço Social na Saúde, respaldada pela Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS e a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS). Por efeito, diversos questionamentos surgiram na medida em que se demandava construir estratégias, diante uma realidade extremamente limitada pelas condições precárias de trabalho, para desenvolver ações de Educação Permanente para os profissionais da PLA. Nesse aparato de construções e constantes exercícios para trabalhar com a realidade, ensejou-se a necessidade em conhecer mais sobre o potencial da Educação Permanente no Serviço Social, para além da política de saúde. Por decorrência, diversos questionamentos foram surgindo, tais como: Como o Serviço Social vem materializando as atividades de Educação Permanente?, Como os assistentes sociais podem inserir a Educação Permanente na sua prática profissional para melhorar a qualidade do atendimento e fortalecer o seu projeto ético-político?, Como a Educação Permanente pode ser materializada dentro das limitações da sociedade burguesa?.

Os questionamentos instigados no campo de estágio se articularam com as diversas análises críticas em relação ao avanço do neoconservadorismo, do ultraneoliberalismo, do reacionarismo, respaldados pelo Golpe de 2016, com o Governo de Bolsonaro, conjunto a uma pandemia, ao acirramento das expressões da questão social e intensos desmontes de direitos da classe trabalhadora. Decorrente dessa conjuntura, observou-se a necessidade de compreender e analisar como essas questões vêm debatendo no projeto ético-político do Serviço Social, ainda mais considerando que, por estar inserida na sociabilidade capitalista, o neoconservadorismo utiliza-se de diversos meios para continuar avançando sobre a profissão (Barroco, 2015). Essas são refletidas diretamente na disputa pela hegemonia no Serviço Social e as disputas de projetos antagônicos na sociedade brasileira.

Em consonância, como uma parte da formação profissional sucedeu-se no período emergencial remoto, durante a pandemia da COVID-19; a educação e o ensino superior sofreram com diversos desmontes, que se refletiram diretamente na qualidade da formação dos estudantes para priorizar o projeto hegemônico burguês. Resultante dessa experiência real, múltiplas questões e indignações atravessaram o processo da escolha do tema do trabalho de conclusão de curso, que direcionou conhecer, inicialmente, a perspectiva de Educação Permanente no Serviço Social como potencial para uma formação profissional de qualidade.

Na medida em que foi possível se debruçar sobre os estudos, o percurso direcionou-se a conhecer a perspectiva de Educação Permanente que orienta as ações e atividades das entidades representativas do Serviço Social, especialmente, o Conjunto CFESS-CRESS e a

ABEPSS. Por efeito, as iniciativas do Governo Bolsonaro, atreladas ao movimento neofascista, ultraneoliberal, neoconservador espriaram intensas ameaças ao projeto ético-político profissional, levando à delimitação do recorte temporal deste trabalho para o período de 2019 a 2022.

Consoante ao conhecimento construído no percurso acadêmico, observou-se que a Educação Permanente também está inserida e atravessada pelos interesses da classe burguesa, pela precarização do trabalho, pela privatização da educação, entre os mais diversos elementos. Esse processo instigou curiosidades em aprofundar o conhecimento acerca da Educação Permanente, bem como o interesse em conhecer como as entidades representativas do Serviço Social vêm desenvolvendo iniciativas de Educação Permanente e se ela, de fato, tem potencial para enfrentar e respaldar os assistentes sociais na luta contra as contradições do capital e aos ataques ao projeto ético-político profissional.

Logo, as inquietações advindas desses temas, pautadas na realidade do projeto hegemônico do capital, do avanço de projeto antagônico no Serviço Social e a necessidade de construir estratégias coletivas para enfrentá-lo, levou ao questionamento da pesquisa “Como a educação permanente pode se configurar como um instrumento político-estratégico de disputa de projetos hegemônicos no Serviço Social?”. O percurso para desvelar essas problematizações levou ao levantamento sobre o que se tem produzido de Educação Permanente na profissão durante o período delimitado no trabalho. Por decorrência, a pesquisa chegou nas Campanhas do Dia do Assistente Social, no ABEPSS itinerante e nos Relatórios de Gestão do Conjunto CFESS-CRESS, visto que são relatórios que trazem um resumo consistente das iniciativas desenvolvidas pelas entidades representativas do Serviço Social, durante o período da gestão em curso.

Nessas delimitações, pela viabilidade do trabalho, optou-se por delimitar a pesquisa a conhecer as iniciativas de Educação Permanente de entidades do Serviço Social, sendo elas o Conjunto CFESS-CRESS e a ABEPSS. Reitera-se que, embora a limitação esteja focada no público de assistentes sociais, compreende-se totalmente a importância da entidade estudantil, a ENESSO, para o Serviço Social. Para mais, também destaca-se que não houve restrição exclusivamente regional para a pesquisa em Pernambuco, visto que o trabalho dispõe de um tempo limitado e por ter se proposto a compreender a Educação Permanente no Serviço Social no Brasil de maneira mais panorâmica.

Portanto, a fim de desvelar essas problematizações, o objetivo geral deste TCC consiste em refletir sobre a importância político-estratégica da Educação Permanente na disputa de hegemonia no Serviço Social, priorizando o período de 2019 a 2022. Para tal,

foram traçadas os seguintes objetivos específicos 1) compreender os principais reflexos do avanço do neoconservadorismo na profissão no âmbito ideo-político, identificando como ele se insere na atual disputa de hegemonia dentro do Serviço Social; 2) Conhecer a perspectiva de Educação Permanente que orienta as entidades representativas do Serviço Social, especialmente o Conjunto CFESS-CRESS e a ABEPSS; 3) Identificar os limites e potenciais das iniciativas mais recentemente desenvolvidas, no âmbito da Educação Permanente, por parte das entidades representativas.

Visando contemplar a pesquisa, este trabalho se orientou pelo método crítico dialético para compreender as disputas de projetos antagônicos na sociedade, as contradições existentes na sociabilidade capitalista, como essa realidade vem avançando no projeto ético-político do Serviço Social e, por fim, a Educação Permanente enquanto instrumento político-estratégico para enfrentar esses projetos sobre a profissão. O trabalho trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório e explicativo. O exploratório pois é um procedimento, segundo Gil (2002, p.41), que possibilita “maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. [...] estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições”. Também é uma pesquisa exploratória, pois buscou construir uma explicação aprofundada dos fenômenos na conjuntura do período de 2019 a 2022 e anterior a este, indo além das aparências, seguindo para uma explicação e interpretação do sentido e potencial contra-hegemônico e crítico da Educação Permanente no Serviço Social. Em complemento, segue a abordagem qualitativa, pois buscou analisar criticamente as condições da realidade e as iniciativas das entidades para compreender o problema.

Nesse respaldo, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental. A primeira, de acordo com Gil (2002, p.44), “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, ou seja, são desenvolvidas através de produções de outros autores, possibilitando investigar um leque de fenômenos amplos. Logo, para referências bibliográficas, o trabalho debruçou-se em artigos, livros, periódicos científicos, entre outros, que abordam sobre o Serviço Social, projeto ético-político, capitalismo, trabalho, neoconservadorismo, neofascismo, hegemonia, Educação Permanente e a conjuntura de 2019 a 2022. E teve como principais referências para tal os seguintes autores: Antonio Gramsci, Dermeval Saviani, Ivo Tonet, José Paulo Netto, Leila Netto, Marilda Iamamoto, Moacir Gadotti e Raul de Carvalho.

Para a síntese e análise de informação referente às iniciativas de Educação Permanente desenvolvidas pelas entidades representativas, a fim de ampliar o alcance das informações que

nem sempre são encontradas em materiais bibliográficos, o trabalho debruçou-se na análise documental. Esta que é determinada por Gil (2002) como materiais que ainda não tiveram tratamento analítico científico ou que também podem ser reconstituídos conforme os objetos da pesquisa. Portanto, o projeto utilizou-se de documentos como leis, decretos, políticas nacionais de Educação Permanente, e análise dos relatórios de gestão do Conjunto CFESS-CRESS. Sendo eles, mais especificamente: o Relatório Final da Gestão do Conjunto CFESS-CRESS “É de Batalhas que se vive a vida!” (2017-2020), o Relatório Final da Gestão do Conjunto CFESS-CRESS “Melhor ir à luta com raça e classe em defesa do Serviço Social” (2020-2023), o Perfil de assistentes sociais no Brasil: Formação, condições de trabalho exercício profissional, o Projeto mais recente do ABEPSS itinerante 2014 estágio supervisionado em Serviço Social: desfazendo os nós e construindo alternativas, a Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS, a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) e a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (PNEP/SUAS).

Assim, para desvelar as reflexões a respeito do tema, esse Trabalho de Conclusão de Curso foi dividido em dois capítulos. O primeiro foi intitulado como “Ofensiva Neoliberal e Disputas hegemônicas no Serviço Social”. Este capítulo buscou evidenciar como a ofensiva neoliberal e neoconservadora vem avançando sobre a sociedade brasileira e sobre o projeto ético-político profissional do Serviço Social. Situando conjuntamente a concepção de hegemonia para compreender seus desdobramentos na realidade e as disputas de projetos antagônicos na sociedade, evidenciando as consequências do projeto hegemônico burguês e as constantes tentativas de fragmentar o projeto ético-político hegemônico no Serviço Social.

O segundo capítulo situou uma contextualização da Educação Permanente, seu contexto histórico, as disputas antagônicas em torno da sua concepção que podem levá-la a assumir diferentes expressões e posicionamentos políticos-ideológicos, para então chegar à definição atribuída a ela no Serviço Social. Este capítulo desvelou o potencial da Educação Permanente enquanto instrumento formativo ético-político de disputa de hegemonia no Serviço Social, essencial para assegurar suas bandeiras de luta e resistência e enfrentar esses elementos da crise capitalista. Em conjunto, essa concepção foi respaldada por meio de análises dos documentos do Serviço Social, sobretudo, análises e reflexões referentes às iniciativas desenvolvidas pelas entidades representativas durante o período de 2019 a 2022.

Por último, as considerações finais constataram que a Educação Permanente, através da Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS, assume sentido muito mais amplo no Serviço Social, indo além de uma concepção de educação no espaço de trabalho.

Ela tem assumido um papel fundamental na disputa pela hegemonia no Serviço Social, constituindo-se como instrumento potencializador para a materialização do projeto ético-político profissional, em defesa da classe trabalhadora, para enfrentar as mais diversas formas do conservadorismo. Contudo, embora sua dimensão se aplique a todo o Serviço Social, a análise dos documentos constatou que a maioria das iniciativas, isto é, ações e atividades, não foi nomeada como Educação Permanente, mesmo seguindo o que a Política de Educação Permanente do Serviço Social propõe. Por consequência, ela não tem sido aproveitada em todo o seu potencial. Portanto, os estudados levaram a compreender o potencial e a necessidade da Educação Permanente ser reconhecida e explorada enquanto tal, pois ela é de fundamental importância ao Serviço Social e para a materialização das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa

2 OFENSIVA NEOLIBERAL E DISPUTA DE HEGEMONIA NO SERVIÇO SOCIAL

Para compreender os desafios da formação permanente e a relação com o Serviço Social nos projetos em disputa dentro da profissão, é de fundamental importância saber, antes de tudo, que projetos existem e qual o projeto hegemônico existente na sociedade, especialmente, na sociedade brasileira.

Portanto, entende-se a importância de um estudo mais aprofundado sobre o momento atual que estamos vivendo, sobretudo com o avanço do neoconservadorismo. Dessa forma, este capítulo terá como foco trabalhar a concepção de neoconservadorismo, projeto hegemônico atual na sociabilidade do capital e suas repercussões no Serviço Social, para assim, posteriormente, compreender como a educação permanente pode se configurar como instrumento ideológico de disputa de hegemonia na profissão.

2.1 AVANÇO DO NEOCONSERVADORISMO, DESAFIOS PARA O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E IMPACTOS NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

Por entender a importância de conhecer os fundamentos do conservadorismo na sociedade burguesa, para melhor compreender seus desdobramentos na atualidade, será recorrido ao diálogo com alguns autores que tratam do conservadorismo na sua história, especialmente dentro da modernidade.

O conservadorismo, historicamente, vem sendo um tema de evidência acadêmica. Alguns pesquisadores chegam a divergir quanto ao período do seu nascimento, entretanto, é de consenso que seu marco ocorreu durante a Revolução Francesa (Netto, 2011). A eclosão do conservadorismo repercutiu como uma reação aos discursos revolucionários que emergiram na época, por parte da burguesia, que resultaram na tomada da Bastilha, após ela demonstrar insatisfação com os abusos do regime que privilegiava a aristocracia do país, considerando-os como um atraso socioeconômico ao desenvolvimento da sociedade (*Ibid*). Ainda conforme Netto (2011), o grande precursor do conservadorismo, Edmund Burke, apresentou, em suas obras, que o conservadorismo clássico não buscava romper com as instituições sociais existentes antes do capitalismo, mas sim, restaurar os valores evidenciando as diferenças entre senhores e servos, logo, conservando os interesses das facções mais poderosas, como o alto clero e a nobreza.

Todavia, embora o conservadorismo tivesse caráter contrarrevolucionário e anti-burguês, seus ideais de conservação aristocráticas ao clero e à nobreza não conseguiram mais se sustentar, assim, a burguesia, beneficiada com as revoluções, como a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, destruiu o antigo Estado e construiu um novo; inserindo seus valores sobre ele, conquistou sua hegemonia social e política, tornando-se a nova classe hegemônica (Netto, 2011). Como praxe, após a Revolução de 1848, alinhado às transformações societárias, o conservadorismo ganhou novas características, compondo alguns dos ideais burgueses. Nessa nova fase, conforme Netto (2011), a burguesia, que passou a representar seus próprios interesses, se intimida ao ver uma nova onda revolucionária emergir por parte do proletariado, juntamente com o crescimento de ideias socialistas, logo, considerou-os como uma ameaça à sua hegemonia. Então como uma alternativa para conservar seus valores, consolidou seu caráter anti-revolucionário atrelado ao pensamento conservador.

Nesses desdobramentos, Netto (2011) apresenta que, se antes o conservadorismo tinha caráter contra-revolucionário e antiburguês, com essa nova aliança, ele muda sua função social e se transforma em um defensor dos interesses da burguesia contra o novo revolucionário, isto é, o proletariado. Portanto, cessar o crescimento das massas e suas reivindicações tornou-se uma urgência; então o conservadorismo passa a incorporar uma concepção de natureza científica, construindo conhecimentos que dão subsídio à ordem burguesa e sustento às crises do capital, a fim de rechaçar e superar as investidas da classe operária (Netto, 2011). É ao decorrer dos momentos históricos, marcados com intensos embates, revoluções, guerras que a burguesia vai ampliando seu domínio, transformando um certo conservadorismo em uma ação militante e organizada contra mudanças sociais e contra a ciência, mobilizada pelo elemento reacionário, denominado como reacionarismo. Portanto, vão se difundindo novas condições e valores na sociedade, simultaneamente, o pensamento conservador também assume novas características modernas e reacionárias, se entrelaçando a novas vertentes e se vinculando ao fascismo no século XX (Fernandes, 1979).

Contudo, vale ressaltar que essas novas configurações assumidas pelo conservadorismo ainda trouxeram consigo alguns fragmentos dos seus ideais antigos, podendo incluir no seu pensamento a necessidade de mudanças dentro da ordem, como a exemplo da *Rerum Novarum*. À vista disso, Netto (2011) aponta, através das análises dos escritos de Burke, que algumas características apenas foram reatualizadas, como a exemplo da legitimação da autoridade, a necessidade e naturalização da desigualdade, a ideia de liberdade pela tradição, significando uma liberdade restrita concebida ao ideal de que a humanidade

precisa de controle quanto aos seus hábitos e pensamentos. Em consonância a esses pensamentos, também esteve agarrado a ideia de “ordem” e “progresso”, a uma democracia mais restrita, consagrando a plenitude de uma sociedade democrática como algo destrutivo, sobretudo, para a conservação da família e do cristianismo. Por conseguinte, esses valores sobre a sociedade vão se legitimando através de métodos, vertentes e correntes, ganhando respaldo científico no método positivista, funcionalista, correntes liberais, autoritarismo, entre outros (*Ibid*).

Diante dos elementos supracitados, destaca-se que, no Brasil, a burguesia brasileira nasce conservadora e torna-se, em grande parte, reacionária, trazendo consigo aversão sociopática às mudanças sociais (Fernandes, 1979). Logo, é nítido como o conservadorismo esteve presente na sociedade, pautando seus valores, beneficiando a burguesia e trabalhando na manutenção do capital. Então, é por ser resultado de todos esses contextos históricos e também da formação social, histórica e política do Brasil, que a trajetória do Serviço Social é também perpassada pelo conservadorismo, especialmente no período anterior à renovação crítica da profissão entre as décadas de 1930 a 1970.

Trazendo um paralelo com os momentos iniciais do Serviço Social no Brasil com o conservadorismo, reitera-se que a gênese do Serviço Social foi atravessada pelo interesse em ajustar a classe trabalhadora aos novos valores do capitalismo, vinculados ao movimento da ação católica, da igreja católica, que buscava recristianizar a sociedade com valores religiosos e conservador (Iamamoto; Carvalho, 1982). Portanto, decorrentes desses processos, foram assumidas pelo Serviço Social características conservadoras, dogmáticas e neotomistas, uma nuance entre fé e razão voltada para a moral do indivíduo, o culpabilizando pela sua condição de fracasso ou sucesso (*Ibid*).

Nesse período inicial da profissão no Brasil, se expressavam fortemente os traços conservadores, as respostas às demandas dos indivíduos não eram respondidas pautadas na lógica enquanto resultado da dinâmica capitalista ou que eles estavam atravessados por determinações sociais e históricas, portanto, afirmar que o modo de produção capitalista afetava intensamente a vida das pessoas era algo que, até então, não estava profundamente inserido no Serviço Social (Iamamoto; Carvalho, 1982). Contudo, com a latência das expressões da questão social atadas ao processo de industrialização, a burguesia, por meio do Estado, observou a necessidade em ter um profissional para apaziguá-las, assim, o Serviço Social passou a atuar em amenizar as expressões da questão social para atenuar as revoltas da classe trabalhadora (*Ibid*).

Posteriormente, foram criadas mais escolas, intermediadas pela igreja, com objetivo de qualificação e treinamento profissional. A partir daí, a profissão se institucionaliza fundamentada numa concepção conservadora, onde suas técnicas iniciais foram desenvolvidas numa perspectiva norte-americana e funcionalista (Iamamoto; Carvalho, 1982). Isso perdura anos na profissão, influenciada pelas conjunturas existentes, seus três primeiros Códigos de Ética, o de 1947, 1965 e 1975 discorreram sobre traços conservadores; uma ressalva que os dois últimos códigos respingaram questionamentos, seguidos ao Movimento de Reconceituação (Lopes, 2016). Isto é, começaram a incluir setores subalternizados da sociedade, mesmo que por uma perspectiva mais liberal.

Paralelamente, durante as décadas de 1970 e 1980, emerge um florescimento conservador no mundo, ampliando sua corrente teórica e ideológica, particularizando-se como conservadorismo contemporâneo, latente à ofensiva neoliberal e a reestruturação produtiva, que pleiteou uma série de modificações entre Estado e sociedade, respondendo à classe trabalhadora com intensos ataques aos sindicatos, desmontes de direitos, fim do pleno emprego aos países que tiveram o bem-estar social (Andrade, 2019). Vale ressaltar que essa corrente chega ao Brasil de forma mais tardia, apenas na década de 1990; antes disso, o Brasil estava vivendo um intenso período ditatorial, que perdurou entre a década de 1960 a 1985, arraigado por um intenso lastro conservador em prol dos interesses da burguesia. Esse período, contraditoriamente, foi importante para a formação do pensamento crítico da profissão, pois ela passou a se alinhar avidamente aos movimentos sociais e a questionar os valores e posições conservadoras. (Abramides, 2016).

Após o Congresso da Virada, em 1979, a profissão inaugurou sua renovação crítica com intuito de romper com o conservadorismo, seguindo a perspectiva, que já estava em curso desde o Congresso da Virada, comprometida com a classe trabalhadora (Boschetti, 2015). Como resultado, veio o Código de Ética de 1986, posteriormente, o Código de Ética de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão 8.662/93, as Diretrizes Curriculares aos cursos de Serviço Social (1996) pautadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) (Lima, 2017). Isso deu subsídio ao projeto ético-político profissional, respaldado pela teoria marxista e enlaçado aos movimentos sociais, incorporou valores voltados aos direitos humanos e a justiça social para superação do capitalismo, se posicionando como uma profissão crítica e presente na luta contra o preconceito, contra a exploração, a discriminação, opressão (*Ibid*). Todavia, mesmo com as tentativas de rompimento, o conservadorismo não se extinguiu totalmente da profissão, isto se justifica

pelo fato dele perdurar fortemente na sociedade capitalista, onde a profissão está inserida (Barroco, 2015).

Mais à frente, um novo sistema começou a ganhar relevância no mundo, nomeado como neoliberalismo. Trazendo um destaque ao que já foi evidenciado ao decorrer deste capítulo, esse sistema veio como uma saída do desenvolvimentismo e se enraizou no Brasil, de forma mais tardia, durante a década de 1990. Esse neoliberalismo vem se configurando como um conjunto de valores, uma nova forma de ver e interpretar o mundo em prol da economia e do mercado, defendendo a prevalência do capital sobre o trabalho através da reestruturação produtiva e de uma democracia cada vez restrita do ponto de vista do/as trabalhadores/as (Andrade, 2019). Como bem apontado por Cirilo, Marco e Colcete (2018, p.307) o neoliberalismo se constitui como “a promessa da ordem vigente, do projeto dominante, do Estado mínimo, do controle das famílias pobres, do individualismo, da meritocracia, do abuso, da opressão e exploração da classe trabalhadora [...]”. Portanto, um sistema conveniente e beneficente ao capital e contra a classe trabalhadora.

Esse ideário neoliberal, embora com algumas divergências, se alia ao neoconservadorismo, tendo-o como alternativa para manter e conservar os valores da burguesia, a propriedade privada, destituindo os direitos da classe trabalhadora e utilizando-se do Estado para beneficiar o processo de acumulação do capital. (Cirilo; Marco; Colcete, 2018). Vale endossar novamente que o conservadorismo incorporou novas atualizações, isto significa que, além de agregar características antigas, também assumiu novos valores contra os direitos sociais, sendo denominado por muitos pesquisadores como neoconservadorismo. Conforme explica Barroco (2015, p.624-625):

O neoconservadorismo apresenta-se, então, como forma dominante de apologia conservadora da ordem capitalista, combatendo o Estado social e os direitos sociais, almejando uma sociedade sem restrições ao mercado, reservando ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais.

Em função disso, a relação entre o neoconservadorismo e o neoliberalismo torna-se fator essencial na manutenção da ordem social que mantém os valores tradicionais da classe dominante, isto é, da burguesia, pautados na produção e reprodução de desigualdades, no ideário da hierarquia e autoritarismo contra a classe trabalhadora (Barroco, 2015). E eles chegam de forma incisiva na sociedade brasileira, isto porque, como já bem mencionado, o Brasil teve sua formação social, histórica e política pautada na exploração e expropriação de terras indígenas, na herança escravista colonial, na superexploração da classe trabalhadora,

constituindo-se como um país de capitalismo dependente e periférico, portanto, atravessado por extremas desigualdades sociais (Simionatto; Costa, 2014).

E quando direcionado ao período entre 2019 a 2022, atravessado por um governo de extrema direita, por uma pandemia e crise sanitária, desvela-se uma conjuntura de intensa ascensão do neoliberalismo, o ultraliberalismo, permeada pelo reacionarismo e neoconservadorismo (Yazbek; Raichelis; Sant'ana, 2020). Concomitante, entra em curso uma nova atualização dos elementos históricos que conformam essa formação social, como a exemplo da democracia restrita e o processo de fascistização concretizado pela burguesia dependente (Fernandes, 2005). Isso veio se materializando através de inúmeros ataques à classe trabalhadora, enfraquecendo seus direitos e políticas públicas, precarizando a saúde, a educação, a assistência social, na medida em que se fomentava contrarreformas do Estado fortalecendo ideologias conservadoras, valores tradicionais, capacitistas, elitistas, preconceituosos para a manutenção do *status quo*. (Yazbek; Raichelis; Sant'ana, 2020).

Destaca-se que esses rebatimentos que acentuaram as expressões da questão social, levando ao aumento exacerbado da desigualdade durante o período pandêmico, não veio devido a ele, mas sim resultante de um projeto político que busca a regressão dos direitos da classe trabalhadora. Portanto, segue-se uma lógica conveniente ao projeto hegemônico da classe dominante, tendo cor, raça e gênero definidos para direcionar seus ataques, subordinações e até mesmo erradicá-las (Guiraldelli; Engler, 2008). Assim, como resultado da formação social que ainda se conserva, a população mais pobre é majoritariamente preta e parda, logo, permanecem inseridas em empregos subalternos, informais, precarizados, sem vínculo empregatício, constantemente jogados à margem da sociedade (Eurico, 2018).

Então é contra esse ideário neoconservador e neoliberal, de viés neofascista, pautado pelo ideal do Estado mínimo, contrarreformas, privatizações, pela criminalização da pobreza, do autoritarismo, da redução de investimentos sociais na medida em que beneficia políticas e ajustes de austeridade fiscal, considerando políticas públicas e programas sociais como gastos, que a profissão vem resistindo e lutando conjuntamente com seu projeto ético-político (Brettas, 2017). Mas, por o Serviço Social estar inserido na divisão sociotécnica do trabalho, constituindo-se como uma profissão liberal que atende às demandas do capital para atuar na reprodução da sociedade capitalista e nas condições de sobrevivência da classe trabalhadora, ele se estabelece como uma profissão inserida nas contradições de classe voltada para a criação de consensos. Logo, respondendo aos interesses da burguesia e também às demandas da classe trabalhadora, enquanto atua nesse conjunto de atividades fundamentais para a reprodução da força de trabalho (Iamamoto; Carvalho, 1982).

Isso acontece ao ser requisitado pelo seu contratante, majoritariamente, pelo Estado, para que, em seus processos de trabalho, atue na reprodução de um conjunto necessário de condições de sobrevivência do trabalhador, viabilizando acesso aos serviços para que ele aumente sua produtividade e permaneça produzindo valor para a extração de mais-valia, inserindo-os no processo de alienação (Raichelis, 2011). Então nesses rebatimentos e contradições o neoconservadorismo avança na profissão, mesmo ela tendo uma autonomia relativa, por estar inserida numa sociabilidade capitalista, constantemente recebe ameaças ao seu projeto ético-político profissional (Boschetti, 2015).

Assim, denota-se um contraste, se antes esse conservadorismo se arraigou nos elementos históricos de atividades filantrópicas, caritativa e relacionados à igreja católica, nos dias atuais, esse neoconservadorismo ainda preserva determinadas características e vem se incidindo sobre a profissão nos próprios processos de trabalho, postando-se a atitudes moralistas, racistas, preconceituosas, assistencialistas e contra a classe trabalhadora para beneficiar a sociedade de classes e as desigualdades sociais, logo, atitudes opostas ao que a profissão adota em seu projeto ético-político profissional (Boschetti, 2015).

A ofensiva (neo)conservadora atinge diferentes dimensões da realidade, contando com grande chance de incorporação por atividades sociais que prescindem da razão em decorrência da crença em dogmas, a exemplo das religiões. Nesse sentido, quando se trata de avaliar questões que remetem a valores morais, os (neo)conservadores são moralistas, ou seja, intolerantes, preconceituosos e, no limite, fundamentalistas. (Barroco, 2015, p. 631)

Essas configurações também estão postas nas estruturas e condições de trabalho. Reiterando os aspectos já debatidos, por ser uma profissão que depende do seu contratante e, trabalhar, majoritariamente, em instituições públicas, seus espaços ocupacionais são perpassados por estruturas e instrumentos extremamente precarizados. Isto porque há interesses antagônicos em disputa na sociedade, onde a classe burguesa mantém sua hegemonia dominando os meios de produção, o Estado, as instituições e aparatos hegemônicos que constituem a sociedade civil (Simionatto; Costa, 2014). Essa dominação é reflexo da intensificação da autocracia burguesa, que faz o Estado representar os seus interesses, sustentando o modo de produção capitalista enquanto intervém nas crises, garante as condições de acumulação, mediando os conflitos entre capital e trabalho e cooptando os interesses da classe trabalhadora (Fernandes, 2005). Por isso, Boschetti (2015) reitera que o conservadorismo permanece na profissão, pois se encontra inserido na reprodução do capital, fazendo com que a sociedade conserve valores, que são hegemônicos da burguesia, na medida em que subordina a profissão do Serviço Social.

Em paralelo a essa tendência, conforme discutido por Raichelis (2013), as mudanças no mundo do trabalho, estas que, decorrentes das transformações do modo de produção capitalista, mais especificamente, do capitalismo contemporâneo que vem se alastrando desde a crise da década de 1970, são acompanhadas pelas transformações no Estado, intensa flexibilização do trabalho, uberização, precarização, pejotização que estão atadas à ideologia neoconservadora, impondo gerencialismo no mundo do trabalho. Como reflexo, atravessa o trabalho do assistente social em todos os âmbitos, seja diretamente na instituição, no aumento das expressões da questão social e no seu próprio trabalho, pois ficam dependentes das péssimas condições objetivas para responder às demandas da população (Raichelis, 2013).

Logo, nesse recorte de 2019 a 2022, visualiza-se uma intensificação das expressões da questão social, de desmontes e retrocessos de direitos, paralelamente a redução de custos de financiamentos das políticas públicas, ao passo que a mercantilização do trabalho e da educação aumentaram para beneficiar o capital e o projeto hegemônico vigente (Barroco, 2022). Essas condições refletiram avidamente no processo de formação profissional, visto que o projeto de precarização e privatização da educação e do ensino superior está em curso há anos pela burguesia, inserindo-o sobre uma metodologia tecnicista e sem crítica da realidade social, para formar um indivíduo apto a atender às demandas do mercado. Isso é o resultado de um projeto que subordina a classe trabalhadora para atender ao capital, levando os mais pobres a ficarem mais pobres, enquanto os ricos aumentam suas riquezas através da acumulação. Por consequência, são inseridas profundas rupturas na profissão do Serviço Social, tentativas de inserção do pragmatismo, enquanto seus espaços sócio-ocupacionais estão extremamente fragilizados.

Persiste então o questionamento sobre qual espaço será dado para uma profissão permeada pela crítica da realidade social e da sociabilidade capitalista. Assim, é possível afirmar que haverá sempre uma tentativa de apropriá-la para cedê-la aos moldes do capital e da ideologia neoliberal. Essa ideologia, segundo Cirilo, Marco e Colcete (2018, p.312) “não comporta projetos emancipatórios, orientações éticas pautadas em valores universais na dimensão da totalidade, mas o incentivo ao individualismo exacerbado e a responsabilização e controle dos sujeitos”, por isso, serão sempre impostos desafios ao projeto ético-político.

O conservadorismo percorre nossa trajetória profissional. A questão é saber em que medida ele está sendo superado no processo de construção do projeto ético-político profissional direcionado à ruptura com o conservadorismo, construção que já dura mais de trinta anos. A profissão não é uma ilha. Ela reflete as contradições sociais, suas tendências e, como tal, a luta pela hegemonia entre ideias e projetos profissionais e societários. (Barroco, 2015, p. 634)

Por efeito, essas tendências incidem em diversos rebatimentos ao exercício profissional do assistente social, tornando-se mais difícil materializar seu projeto ético-político profissional. Os espaços de trabalho se encontram cada vez mais precarizados, a diferença entre as classes mais acentuadas, são incutidas diversas fragmentações às dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, bem como a despolitização sobre os movimentos sociais em prol da classe trabalhadora, tudo para corresponder à ideologia burguesa (Barroco, 2015).

Assim, nessa realidade de disputas de projetos societários, é essencial refletir sobre quem ocupa determinados espaços, quem são os usuários da assistência, do Sistema Único de Saúde (SUS). Questionar esses valores e também os desvalores, tem sido cada vez mais urgente; ter uma perspectiva crítica sobre qual é o projeto vigente na sociedade e qual o projeto defendido pela profissão, quais são os valores que estão sendo conservados, quais os valores que o neoconservadorismo insere sobre o projeto profissional é um exercício que precisa ser permanente. Por isso, o Serviço Social tem construído um projeto profissional profundamente articulado com os interesses da classe trabalhadora na sua diversidade, pois está ao lado dos movimentos sociais, da luta social, da população usuária, permeando o debate sobre com quais armas deve-se lutar para enfrentar coletivamente as ameaças do capital que se intensificam em tempos de crise (Paulo Netto, 2006).

Para frear as investidas do capital, é necessária uma articulação de forças e trabalho coletivo. Portanto, se faz necessário respaldar-se de conhecimentos e críticas permanentemente a respeito da realidade social, através de uma formação e exercício profissional qualificado, criando formas de resistências coletivas para respaldar o projeto ético-político, alinhado ao projeto societário em prol da classe trabalhadora.

2.2 PROJETOS EM DISPUTA NA REALIDADE BRASILEIRA ATUAL: educação em foco

Diante do que foi apresentado no item anterior, entende-se que o neoconservadorismo é um aspecto que compõe um projeto de dominação, sendo não apenas ideológico e subjetivo, mas também objetivo para compor as relações materiais. Esse conservadorismo atravessa tanto a produção quanto a reprodução das relações sociais, visto que ele não é apenas puramente ideológico, mas também material, pois reforça as relações de exploração conservadoras na medida em que não as altera. Portanto, a partir dessa compreensão, o neoconservadorismo e os projetos em disputas na realidade brasileira estarão relacionados mais precisamente com a hegemonia, ideologia e educação neste capítulo. Isto para que fique

evidente que esses aspectos, que se inter cruzam, são aspectos que dizem respeito a relações materiais; assim, serão trabalhados de maneira mais aprofundada o elo de reprodução no âmbito das relações sociais.

A sociedade brasileira, assim como todas as outras sociedades, no modo de produção capitalista, é atravessada por disputas de projetos societários antagônicos, onde, um lado, está representado pelos interesses do grande capital, e, o outro, pelos interesses da classe trabalhadora, esta que é formada por uma população extremamente heterogênea e cheia de particularidades. O projeto correspondente ao capital passou a ter hegemonia na formação social brasileira a partir de meados do século XIX, se solidificando por meio da exploração da força de trabalho e opressão da classe subalterna, predominando sua acumulação de riquezas em latifúndios, concentrações de terra, do agronegócio e grandes monopólio (Iasi, 2019). Nessas relações, compreende-se que os projetos societários, por refletirem o interesse de classes antagônicas, possuindo sentido político e relações de poder, endossam concepções do mundo que são do interesse dela e vão se renovando de acordo com o período histórico e político (Paulo Netto, 2006).

Quando direcionado ao período de 2019 a 2022, como já bem evidenciado no capítulo anterior, desvela-se uma conjuntura de extrema intensificação das desigualdades e desmontes aos direitos sociais, resultantes do avanço neoliberal e neofascista no país. Juntamente a essas condições, a disputa de interesses entre o capital monopolista e os interesses da classe trabalhadora ficaram cada vez tensionadas e conflituosas, o período em questão estava assolado pela crise do capital, crise política e sanitária, então as condições de reprodução ficaram mais adversas (Yazbek *et al.*, 2021). Nessas disputas, como o projeto hegemônico vigente é o projeto da classe dominante, isto é, da classe burguesa que domina o sistema de produção, o interesse primordial foi em manter a acumulação do capital, recorrendo à superexploração da força de trabalho e levando inúmeras consequências às condições de vida da classe trabalhadora, resultando no aumento exacerbado das expressões da questão social (*Ibid*).

Nesses interesses antagônicos, a disputa hegemônica é essencial na luta pelo controle do Estado, porém, a classe subalterna sempre teve condições menos favoráveis para colocar o seu projeto em curso, de acordo com os estudos de Gramsci (2011), isso se deve ao fato da classe burguesa dominar a hegemonia política, econômica, cultural e ideológica através da conquista do consenso e convencimento das massas e do uso da força. Em outras palavras, para a hegemonia burguesa continuar se mantendo ela precisa conquistar a sociedade civil, persuadir e convencer as massas que o seu projeto e moral são os ideais para a sociedade,

então o faz sacrificando alguns dos seus interesses, com exceção dos fundamentais, para considerar alguns dos interesses da classe trabalhadora em prol da sua dominação (Gramsci, 2002). Como efeito, grupos subordinados aderem à concepção de mundo do grupo hegemônico, independente dela fazer parte ou não da sua realidade.

Assumida pela classe burguesa, essa mesma hegemonia utiliza-se de instituições e aparelhos privados encarregados pela reprodução e produção dos valores sociais para ampliar seu exercício, como a exemplo de igrejas, universidades, escolas, sindicatos, entre outros. Ela busca conquistar e moldar a consciência da sociedade através dessa reprodução, mas quando não consegue, utiliza-se da força e da coerção para manter seu domínio e ideologia (Gramsci, 2002). Esses fatores foram basilares para o aprofundamento do neoconservadorismo e o movimento neofascista no Brasil, pois além de ser benéfico a esse projeto conservar os interesses da classe burguesa e do capital, a reação que já estava em curso desde o Golpe de 2016, conseguiu aprofundar suas raízes no Governo Bolsonaro, permeado por discursos anticorrupção, anticomunismo, antiesquerda respaldados em deslegitimar o Estado democrático e políticas sociais, como também fomentar o reacionarismo na população e fortalecer o Estado mínimo (Barroco, 2022).

Essas tendências, como bem evidenciado, se aprofundaram durante a pandemia atadas à ideologia neoliberal, servindo como manutenção dos interesses da classe dominante, atacando os direitos que foram garantidos na Constituição de 1988, desmontando legislações, retrocesso em relação aos direitos trabalhistas, inserindo diversas contrarreformas no Estado em prol dos seus interesses econômicos (Boschetti; Behring, 2021). A precarização, em resposta ao capital monopolista, foi fundamental para dar espaços às iniciativas privadas e transformar instituições públicas em mercadorias, objetivando transferir a responsabilidade do Estado, favorecendo a redução de gastos, para a instituição privada (Boschetti; Behring, 2021). A destruição desses bens tornaram-se ainda mais preponderante à ideologia burguesa e a disputas de projetos societários, quanto mais sucateados, mais viável se tornava o projeto de desmobilização dos trabalhadores.

Por conseguinte, as esferas da sociedade, seja política, social, educacional, cultural, econômica, sofrem alterações em sua estrutura decorrentes desse choque de interesses. O neoliberalismo tem como interesse transformar a subjetividade do indivíduo para que ele permaneça inserido numa condição alienante, camufla as possibilidades de libertação e manipula a população acreditar que o seu projeto é o melhor para a sociedade, difundindo a ideia de que o capitalismo é o único sistema para mantê-la (Oliveira, 2022). A educação aparece como um dos instrumentos mais completos para garantir que esse projeto seja

concretizado, apresentando-se como elemento constitutivo na formação de valores, crenças, no reconhecimento do indivíduo enquanto sujeito nas relações sociais, logo apropriá-la e transformá-la em mercadoria para ser vendida como um serviço, é conveniente e vantajoso aos interesses particulares da burguesia (Dias Sobrinho, 2013). Assim, ao invés da educação ser oferecida como um bem público, de responsabilidade do Estado e da família, ela passa a ser sucateada e apropriada para sustentar e legitimar a ideologia capitalista, por conseguinte, um instrumento de disputa entre as classes sociais (*Ibid*). Assim, uma classe luta pela libertação e emancipação da educação, enquanto outra, mantém uma educação despolitizada para reformar a sociedade intelectualmente a conservar seus valores e concepções de mundo.

Ainda diante dos elementos que estão atravessados pela reestruturação produtiva, os avanços tecnológicos têm recebido bastante ênfase, inseridos sobre um discurso de que seu progresso traria melhores condições e redução na jornada de trabalho, sua inserção, sobretudo durante o período em questão, foi usada para ampliar as desigualdades sociais. Galvão e Saviani (2021) apontam que a tecnologia foi transformada em instrumento de submissão de força de trabalho ilimitada para aumento da produtividade e acumulação de riquezas, intensificando, por consequência, a extração da força de trabalho e a mais-valia.

Esse mesmo discurso tecnológico foi empregado como subsídio para incorporar o ensino remoto, durante o período pandêmico, como uma solução para a suspensão das atividades presenciais. Contudo, ele foi inserido sob um contexto bastante adverso, sem consulta popular, dentro dos interesses da classe dominante para beneficiar seu projeto hegemônico, melhor dizendo, para atender aos interesses privados e impulsionar o projeto de mercantilização da educação, que já estava em curso desde a década de 90 atrelada aos avanços neoliberais, trazendo consigo diversas implicações à sociedade (Lima, 2016). Em conformidade a Galvão e Saviani (2021), é possível afirmar que foi acentuada uma intensa exclusão tecnológica e restrição da democracia em relação às decisões de inclusão desse modelo.

Em virtude dessa inserção, discorreram diversas consequências na vida da classe trabalhadora, as condições de ensino ficaram mais precarizadas e fragilizadas, os recursos destinados à população mais pobre foram insuficientes para assegurar as condições de existência e sobrevivência, assim como os investimentos para a educação ficaram ainda mais reduzidos levando à crise do sistema educacional. De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), no ano de 2018, anterior à pandemia, o gasto público do Brasil, em relação à educação, correspondeu 4% do seu Valor Interno Bruto (PIB), já nos anos de 2020 e 2021, esse mesmo valor permaneceu (Santos, 2021). Reitera-se,

pelo mesmo autor, que o país não só não recebeu investimentos para amenizar os impactos na educação durante a crise sanitária, como também não adequou o ensino às necessidades que repercutiram no período.

Por conseguinte, evidenciaram condições alarmantes: os recursos estavam restritos, a classe trabalhadora estava à mercê da crise, a educação tensionada pelos interesses privados e uma nova plataforma passava a ter o domínio do ensino do país. A quem esse ensino estava direcionado e quem teria acesso a ele, foi um dos fatores fundamentais para evidenciar os interesses de projetos hegemônicos existentes e o interesse na apropriação do sistema educacional (Galvão; Saviani, 2021). Essas condições transpareceram no aumento das desigualdades de classes, quando o remoto foi instituído, milhares de estudantes ficaram excluídos das atividades por não terem acesso às mínimas condições, isto significa que não tiveram acesso às aulas, internet, moradia, nem alimentação adequada. Em paralelo, a instituição pedagógica, seja escola ou ensino superior, que tem papel fundamental na socialização de conhecimentos, caracterizada como o espaço que deve garantir o conteúdo adequado para a formação do sujeito, se encontrou completamente desmobilizada e desvencilhada da sua função (*Ibid*).

Nesses tensionamentos, foi apresentada, nesta modalidade, uma educação generalizada, enfatizada pela falácia de mais benefícios por menos custo, desconsiderando as consequências da qualidade de ensino e aprendizado para corresponder à lógica do capital, portanto, uma modalidade mais apressada, pouco inclusiva e carente de interação humana. Isto leva a uma grande problemática, pois se a educação tem como sentido produzir saber para que o ser humano seja capaz de desenvolver suas habilidades e o processo para atingi-la se dê a partir da relação com o outro e com a natureza, logo, o ensino remoto, pela forma que foi inserido, fragmentou essas relações e fragilizou o desenvolvimento humano em todo seu potencial (Tonet, 2013).

Distancia-se assim do sentido emancipatório da educação, de apropriação dos conhecimentos, habilidades e valores (Tonet, 2000), levando o questionamento de qual o seu significado para a sociedade burguesa, dada a ideologia capitalista, ela não só recebe a função de formar para o trabalho e empregabilidade, como também formar para responder às demandas do mercado, pautados na ideia de conformismo social, sobre uma reformulação de métodos e conteúdos de forma tecnicista e acrítica. Trazendo uma ressalva aos estudos de Marx, a formação humana se relaciona com o ato do trabalho, tendo-o como uma atividade ontológica ao ser social, compreende que o indivíduo, para se constituir como humano em sua totalidade, precisa se apropriar de patrimônios e momentos históricos (Tonet, 2000). Portanto,

o trabalho é essencial para a socialização do ser humano e para o desenvolvimento das suas capacidades criativas.

No entanto, na lógica capitalista, essa dimensão é tensionada pelo processo de alienação. Ao invés do trabalho assumir sua lógica primordial para o desenvolvimento humano, ele passa a ser secundarizado e subordinado às relações de poder e dominação nessa relação de produção e reprodução social (Marx, 1988). Portanto, apresenta-se um contraste, enquanto, de um lado, educação e o trabalho são fundamentais na formação do indivíduo, onde na relação entre o homem, cultura e a natureza, na prévia-ideação, o homem transforma e se transforma, produzindo sua própria existência, constituindo-se no plano ontológico e definindo-se pela práxis; na sociabilidade capitalista, o trabalho é tido como o grande produtor de riquezas, logo, tensionado para não dar as condições para o indivíduo se constituir em sua plenitude (*Ibid*).

Destarte, adentrando nesse debate, quem acessa o acúmulo de riquezas resultantes desse processo de alienação é a classe dominante, embora nesse mesmo sistema difunda-se a concepção meritocrática de que todos os seres humanos são iguais e através do trabalho e do esforço irão ascender socialmente, para assim desfrutar dos bens. Porém, na realidade, não é o que acontece, o antagonismo entre as classes sociais tem sido cada vez mais intenso, a sociedade brasileira teve sua formação social pautada na desigualdade e exclusão de bens e patrimônios, a maioria da população não só não está incluída numa formação moral, artística, intelectual, cultural emancipatória, como também está excluída do acesso aos bens, logo, não há como o ser humano exercer suas potencialidades e formação integral se não acessam esses bens igualmente (Tonet, 2000).

Ainda sobre o debate do trabalho e educação, é de suma importância ressaltar que, na sociabilidade capitalista, determinadas atividades e funções são designadas por raça, classe e gênero (Marinho, 2018). Atividades mais precarizadas, sem direitos trabalhistas e consideradas inferiores, são ocupadas, majoritariamente, pelos corpos dissidentes, corpos estes que estão atravessados por inúmeras violências, exclusões, desigualdades que sustentam o projeto hegemônico vigente. Então nesse debate de qualificação, quem está aquém de uma educação de qualidade é a classe trabalhadora, pois ela precisa lidar com dupla ou tripla jornada de trabalho, salários baixos e precarizados, péssimas condições de existência, sobrevivência e ainda não ter acesso a uma educação de qualidade que estimule seus potenciais enquanto gênero humano (Boschetti; Behring, 2021). Desse modo, é benéfico ao projeto hegemônico que essas pessoas estejam laboralmente submissas e exploradas.

Para manter esse predomínio, a ideologia neoliberal conserva seus valores convencendo e conformando o indivíduo, naturaliza a desigualdade através de discursos meritocráticos, dando respostas por parte do Estado para que ele atenda minimamente aos interesses da população, atuando nas expressões da questão social, mas não o suficiente para erradicá-las (Santos, 2019). Nesse escopo, ter uma educação de qualidade significa desenvolver consciência crítica, autonomia, dar acessos e oportunidades para a população participar ativamente da sociedade, se organizar enquanto classe e implementar seu projeto societário pautado na emancipação humana (Tonet, 2000). Obviamente, isso é uma ameaça aos interesses da classe dominante e à sua hegemonia, em razão disso, os acessos aos bens e a riqueza permanecem restritos a uma minoria e a formação humana é concebida para atender os interesses do capital. Como bem evidenciado

A educação é um poderoso instrumento para a formação dos indivíduos. Mas, como já vimos, nas sociedades de classes ela é organizada de modo a servir à reprodução dos interesses das classes dominantes. Na sociedade capitalista isto é ainda mais forte e insidioso porque as aparências indicam que uma formação de boa qualidade é acessível a todos, enquanto a essência evidencia que tanto o acesso universal quanto a qualidade não passam de uma falácia. (Tonet, 2000, p.18)

Portanto, diante dos elementos supracitados, é visível o quanto a educação tem sido instrumento preponderante na disputa de projetos hegemônicos das classes, pois ela é responsável pela formação e constituição do indivíduo enquanto ser social, sendo assim, a burguesia usa mecanismos para apropriá-la para construir e fortalecer sua hegemonia, ou seja, “na sociedade de classes ela é organizada de modo a servir à reprodução dos interesses da classe dominante” (Tonet, 2000, p.9). E nos últimos quatro anos essas disputas antagônicas se tensionaram ainda mais, diante do movimento neofascista e neoconservador, como já bem discorrido, foi ampliada uma nova modalidade de trabalho e educação que intensificou as expressões da questão social, levando a extrema desigualdade, precarização, contrarreformas, adoecimento mental e físico, aumento exorbitante da uberização e informalidade, trabalho sem vínculo empregatício, políticas sociais insuficientes e fragilizadas para a população (Raichelis, 2013).

Esse cenário materializa condições para o projeto societário da classe dominante, pois usam a educação como instrumento para conformar a sociedade a aderir a sua concepção de mundo, mesmo no período pandêmico ela podia ter sido usada de forma mais crítica, respeitando o tempo dos discentes e docentes, sob uma lógica que de fato os incluísse e oportunizar minimamente condições para uma formação de qualidade, contudo, não foi o que aconteceu (Galvão; Saviani, 2021). As medidas tomadas vieram de forma tardia, como o

auxílio emergencial, algumas inclusões digitais para os estudantes, alguns auxílios para cobrir a merenda, só que veio de forma insuficiente e restrita, não alcançado a toda população. Porém, enquanto esse projeto se alastrava na sociedade, vale ressaltar que a classe trabalhadora não estava parada, pelo contrário, estava constantemente reivindicando melhores condições de vida, usando das tecnologias para ampliar seu alcance e produzir materiais críticos e reflexivos sobre seu projeto societário (*Ibid*).

O Serviço Social, nessa perspectiva, também não ficou de fora. As entidades como o Conjunto do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) / Conjunto do Conselho Regional do Serviço Social (CRESS), Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO) e ABEPSS buscaram se adaptar ao período, dando sinalizações de que houve ampliações de suas produções e atividades, no formato remoto, através de tecnologias da informação e comunicação (TICs) para difundir as informações seguras e confiáveis para a categoria, posicionamentos para organizar e mobilizar a profissão a enfrentar as condições que estavam postas naquele momento, para cobrar do Estado as condições de sobrevivência e existência da classe trabalhadora e também enfrentar as expressões da questão social que estavam cada vez mais exacerbadas (Cfess, 2020). Além disso, também orientaram a categoria a como trabalhar e atender a população usuária, pois foi um período que além de distanciar o contato, também colocou em risco o sigilo profissional, dada vistas as condições dos profissionais e usuários (Cfess, 2023b). Esse período refletiu inúmeros sucateamentos e desafios à profissão e ao projeto ético político-profissional.

Por isso a educação, em seu sentido mais amplo, precisou ser mais apropriada pela profissão, dadas as condições objetivas, foi expandido nos conjuntos do Serviço Social a produção de artigos, livros, lives, webinários, podcasts, eventos online, todos voltados para defesa da classe trabalhadora e resistência aos ataques neoliberais (Cfess, 2023). Embora essas ampliações de produções tenham sido significativas, vale-se aqui destacar que a lógica de formação humana também se aplica a esse caso, isto significa que as interações humanas ficaram a par de uma lógica mais virtual. Para tanto, foi necessário, e ainda é, muitos esforços para construir uma educação, na modalidade virtual, que desse conta de garantir minimamente o aprendizado dos ouvintes, trilhando-se um caminho árduo, pois é esse o raciocínio imposto pelo capital, de substituir as relações humanas por relações virtuais (Andrade; Cavaignac, 2022).

Então considerando toda essa lógica da tecnologia, da educação, dos mecanismos utilizados pela classe hegemônica para desmontar as universidades, desmobilizar os movimentos sociais, a classe trabalhadora, fragmentando as lutas e desorganizando a

população, que o projeto societário do capital vai se desdobrando. Faz-se aqui uma ressalva que esses desmontes nas universidades são refletidos nos espaços de trabalho para que o trabalhador seja um mero reprodutor da ideologia burguesa, logo, também reflete nos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social e nas sua formação enquanto assistente social, por isso o neoconservadorismo continua perpassando a profissão, pois ela não está exterior à sociedade (Yazbek *et al.*, 2021). Assim, apresentando-se como resistência a esse projeto, a profissão vem dialogando e exercendo seu posicionamento assiduamente na defesa da universidade pública e por uma educação de qualidade.

[...] necessidade de dar continuidade à histórica luta das entidades da categoria por uma educação pública, de qualidade, presencial e gratuita, com a exigência, junto ao Estado brasileiro, do efetivo investimento na educação brasileira, em todos os níveis, o que possibilitaria, para o serviço social, a abertura de vagas públicas em cursos presenciais por todo o país, nas capitais e no interior, de forma qualificada e responsável com a qualidade do processo formativo. (Cfess, 2014, p. 35)

À vista disso, reitera-se que tem sido um grande desafio, mesmo com as Diretrizes Curriculares, manter uma formação crítica, pois a universidade, enquanto espaço de graduação do assistente social, vem sofrendo as consequências do neoliberalismo e neofascismo, levando a tensionamentos não só no ensino e aprendizagem, como também no projeto ético-político profissional. Afigura-se desintegração da educação enquanto bem público, onde o projeto de Estado mínimo, que reduz as responsabilidades do Estado, vai mercantilizando e transformando o espaço pedagógico em produto. Em consonância, os espaços sócio-ocupacionais, tanto em sua dimensão política quanto a sociopolítica, sofrem com essas adversidades impostas pela realidade que juntamente intervém no exercício profissional (Galvão; Saviani, 2021).

E mesmo diante desses conflitos, que refletem as disputas de projetos, o espaço de trabalho pode se constituir como um espaço de formação permanente, dando a possibilidade do assistente social direcionar as suas ações e atuação para viabilizar os direitos sociais, responder à demandas imediatas e imediatas dos usuários, respaldando seu projeto ético-político, este que representa “uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas etc” (Paulo Netto, 2006, p.7)”. Por conseguinte, reafirma o posicionamento da categoria em busca de uma nova ordem societária, sem exploração ou dominação.

E a classe trabalhadora, diante de tudo o que foi exposto, permanece lutando e sendo resistência ao projeto neoliberal, apresenta sua luta nos movimentos sociais, na produção de conhecimentos sobre suas condições de existência e da conjuntura vigente, respaldando na

construção de uma sociedade sem exploração ou dominação (Paulo Netto, 2006). A educação é fundamental nessa construção, conforme evidenciado por Oliveira Junior (2021, p. 170), “não existem espontaneidades possíveis na sociedade civil, há um confronto entre uma educação funcional, parcial e dominadora e outra integral e de função emancipadora”. Logo, nessa disputa, a educação é apropriada pela classe dominante para servir aos seus interesses, mas também para a classe trabalhadora, em seu projeto societário, ela dará as condições para que o indivíduo se desenvolva, amplie suas capacidades e se organize enquanto classe, assumindo o papel de uma educação para libertação e emancipação da sociedade.

Portanto, diante dessas exposições, compreendendo melhor o que é a ameaça neoconservadora, disputas de projetos societários e suas repercussões no Serviço Social, será adentrado, no próximo capítulo, ao debate mais específico em relação à Educação Permanente e a sua concepção dentro do Serviço Social.

3 EDUCAÇÃO PERMANENTE E SERVIÇO SOCIAL: CONTEXTUALIZAÇÕES, DIÁLOGOS E APROXIMAÇÕES

A Educação Permanente historicamente tem se instituído como um conceito marcado por disputas de interesses antagônicos, assumindo assim, muitas vezes, concepções genéricas referentes ao desenvolvimento produtivo e econômico da sociedade em prol dos interesses capitalistas, como também concepções políticas para uma formação crítica e problematizadora. No Brasil, inicialmente, sua concepção chegou atrelada a uma educação voltada ao Capital Humano, visando o desenvolvimento da mão de obra qualificada, sem perspectiva crítica e emancipadora, para o crescimento do país.

No entanto, ao decorrer dos anos, alguns autores resgataram e repercutiram sentido educativo e reflexivo a respeito dessa educação no contexto brasileiro, como a exemplo do educador Durmeval Trigueiro Mendes. Esse conceito de uma Educação Permanente com sentido reflexivo ganhou destaque em meio aos movimentos sociais, na luta contra a ditadura brasileira de 1964 e com a reforma sanitária. Esse grande processo de luta foi refletido na criação, inicialmente, da Política de Educação Permanente do SUS e, posteriormente, da Política de Educação Permanente do SUAS. Ambas as políticas objetivam orientar os profissionais de cada área sobre como trabalhar com a Educação Permanente para aprimorar seu exercício profissional e a qualidade do trabalho. Contudo, até mesmo essas políticas são eivadas de contradições, visto que o profissional está limitado pelas péssimas condições e precauções inseridas na sociabilidade capitalista, embora não deixem de ser importantes.

E mesmo havendo essas políticas, percebe-se que há uma certa generosidade nelas, pois inserem orientações para os profissionais como um todo. Então observando essa relação e também como o capital tem se apropriado da educação, as entidades do Serviço Social instituíram sua própria política de Educação Permanente permeada pelo seu projeto ético-político profissional, para a orientar a categoria profissional na luta pelos direitos da classe trabalhadora, como também na luta contra o avanço do neoconservadorismo, neofascismo, neoliberalismo sobre o projeto da profissão e da sociedade.

Desse modo, este capítulo se propõe a apresentar e contextualizar os sentidos atribuídos à Educação Permanente, suas aproximações com as Políticas de Educação Permanente no Brasil para, posteriormente, se debruçar sobre a Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS, através de uma análise de documentos dentro do recorte temporal de 2019 a 2022, visando a reflexão e reafirmação da política enquanto instrumento político-estratégico de disputas de hegemonia no Serviço Social.

3.1 EDUCAÇÃO PERMANENTE: uma breve contextualização

Segundo Gadotti (1992), a Educação Permanente teve sua trajetória associada à concepção de educação contínua e progressiva, emergida através do programa educativo da Revolução Francesa em 1789, esteve inserida dentro de contextos e formações históricas, sociais e políticas de cada país, onde assumiu intencionalidades diferenciadas de acordo com jogo de disputas e interesses entre as classes. Para o mesmo autor, o conceito da Educação Permanente foi ganhando mais notoriedade à medida que os anos passaram, associando-se a reflexões de uma educação para a vida toda como fonte de ciência e técnica além da escola (Gadotti, 1992). Contudo, apesar dos seus ideais terem se difundido pelo mundo, apenas em 1955, a expressão “Educação Permanente” foi oficialmente empregada, no Projeto de reforma do ensino francês (*Ibid*).

Sua institucionalização aconteceu por meio do documento advindo do projeto do Ministro da Educação Nacional da França, de autoria de René Billerès, que teve a finalidade de estender a obrigação da escolaridade, reformar o ensino público e incentivar o trabalhador, através da educação permanente, a se apropriar de novos conhecimentos, sem atribuir a responsabilidade às fábricas (Gadotti, 1992). Essa concepção de Educação Permanente foi apresentada no Projeto de reforma do ensino com os seguintes princípios:

- 1-assegurar, depois da escola, a manutenção da instrução e da educação recebida na escola;
- 2- prolongar e completar, além da formação e da atividade profissional, a educação física, intelectual e estética da juventude até ao exercício da cidadania;
- 3- permitir o aperfeiçoamento, a complementação, a renovação ou a readaptação das capacidades em todas as épocas da vida;
- 4- facilitar a atualização dos conhecimentos e a compreensão dos problemas do país e do mundo, a todos os cidadãos, quaisquer que sejam seus títulos de responsabilidades;
- 5- permitir a todos usufruir do patrimônio da civilização e de seu constante enriquecimento (Gadotti, 1992, p.60)

Esses ideais, juntamente com o fim da Segunda Guerra Mundial, as disputas de interesses entre os países e as tendências que entraram em curso para o crescimento econômico e científico global, transformações políticas e sociais, levaram à necessidade de mudanças no sistema educacional. Como a Educação Permanente estava, aos poucos, se popularizando pelo mundo, ela apareceu como alternativa para essa crise da educação nos anos de 1960, que, por efeito, integrou percepções de capital humano para o aumento de produtividade humana e crescimento dos países (Lemos, 2016). Não seria muito diferente, dado o curso tomado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em 1945, que propôs o desenvolvimento de regiões julgadas como atrasadas, por

consequência, a ideia de melhorar a produção e a educação visando à integração de culturas, foi bastante eficiente para o capital (Arouca, 1996).

Em decorrência, a disseminação da Educação Permanente instigou, em 1960, o debate e pesquisas em várias conferências ao redor do mundo, como a II Conferência Mundial sobre Educação em Adultos, no Canadá, onde a UNESCO, as organizações internacionais juntamente com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento (OCDE) responsabilizaram-se por difundir objetivos, conceitos e consequências da prática dessa educação (Arouca, 1996). Como resultado dessas discussões e pesquisas, ainda segundo a mesma autora, foram observadas e associadas três correntes fundamentais para essa educação, sendo elas: a corrente internacional, a americana e a europeia.

A corrente internacional teve como concepção uma formação para adultos que suprisse as necessidades advindas da mão de obra especializada, formando o indivíduo em sua totalidade por toda a vida, considerando-o como aquele que precisa de condução para viver no mundo (Arouca, 1996). A corrente Americana, por outro lado, já tinha um grande avanço em relação à educação de adultos, isto porque a perspectiva de educação permanente estava em prática há anos no país, contudo, dentro dessa corrente haviam divergências, marcadas por suas conjunturas, embora compreendessem sua importância para a mudança social, alguns educadores a consideravam como reformista e progressista, outros a difundiam como formadora social e outros como profissionalizante (*Ibid*).

Já a Corrente Européia teve a Educação Permanente germinada da Educação Popular, após 1945, “nos campos de refugiados e de prisioneiros da resistência” (Arouca, 1996, p.86). Seu conceito esteve atrelado ao debate de ensino para a vida, considerando a individualidade de cada sujeito e as particularidades coletivas, onde o indivíduo aprenderia e desenvolveria os aspectos que contribuíssem para o crescimento da sociedade. Porém, a forma como a educação estava se caracterizando no país levou ao debate das limitações do sistema de Educação Formal, como alternativa, a Educação Permanente foi apresentada como aquela que superaria as limitações desse sistema, considerando o desenvolvimento e aperfeiçoamento do sujeito na sociedade e tornando-o ciente das dimensões que o rodeiam, seja ela técnica, social, cultural e econômica (Arouca, 1996).

Todas as três correntes, apesar de terem divergências, usaram da Educação Permanente para orientar sua ação educativa na contemporaneidade. Isso significa que ela foi disseminada como uma tentativa de atender às necessidades das nações após as guerras e também como superação das limitações existentes nos modelos de Educação Formal. Em paralelo a esses debates emergentes, no início dos anos de 1970, através do projeto “Cidade Educativa”, a

UNESCO incorporou a Educação Permanente como a base da sua Política Educacional (Gadotti, 1992). Por conseguinte, esse projeto teve como objetivo o crescimento e operacionalização da Educação Permanente e a promoção de uma educação democrática, contínua, de uma vida inteira, perpassado por interesses políticos e econômicos, como uma alternativa compensatória aos adultos, para os países emergentes (*Ibid*).

Evidentemente, essas ideias se manifestaram de forma convidativa para os países que foram colonizados, isto porque tiveram sua formação social pautada na exploração e expropriação de terras, no genocídio dos povos originários, como o caso da América Latina, logo uma educação difundida como caminho para transformação econômica, social, política e cultural, adotada pela UNESCO, ganharia relevância nesses países. Destarte, os interesses em volta da disputa imperialista, julgaram que a educação latino-americana não atendia às necessidades dos indivíduos, por conseguinte, a Educação Permanente, idealizada pelo discurso de progresso, teve seu conceito explorado e importado para uma disputa de interesses que atendessem à ideologia liberal e o capitalismo internacional (Arouca, 1996).

É diante desse contexto, tendo a UNESCO como grande responsável pela sua difusão, que a Educação Permanente chega ao Brasil. Nesse meio tempo, Paiva (1985) explica que, durante a década de 1960, havia uma concepção de alfabetização voltada para adultos, como a exemplo da Alfabetização Funcional que buscava encontrar meios para que o indivíduo fosse mais produtivo em prol da economia nacional. Todavia, dentro dessa atuação, ocorreram parcerias com especialistas, entre eles o pedagogo Pierre Furter, conselheiro da UNESCO, que anos mais tarde, em 1966, publicou os livros “Educação e Vida” e “Educação e Reflexão”, onde fomentou a discussão da Educação Permanente e seus ideais de formação humana, que, por efeito, levou a difusão do tema entre os educadores brasileiros (Paiva, 1985).

Além dele, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) foi fundamental para ampliação da discussão a respeito desse tema. Isto porque em 1967, na cidade do Recife, foi organizado o Seminário sobre Desenvolvimento da Educação de Adultos, onde abordaram questões sobre a Educação Permanente, apresentando-a como possibilidade para intensificar e adiantar a “modernização” da nação (Paiva, 1985). Nele também foram discutidas questões sobre a educação enquanto sócio-profissional e sócio-política para o crescimento econômico e social do indivíduo, porém, alguns apontamentos soaram contraditórios, tendo em vista o período ditatorial em curso no país (*Ibid*). Posteriormente, em 1969, ocorreu a primeira caracterização de Educação Permanente por um escritor brasileiro, Durmeval Trigueiro Mendes, com a seguinte definição:

A educação permanente pode ser entendida como um sistema aberto, que utiliza toda a potencialidade da escola e da sociedade para produzir os valores, conhecimentos e técnicas que servem de base à práxis humana em toda a sua extensão. O sistema de educação permanente opõe-se ao sistema escolástico, do mesmo modo que uma civilização dinâmica e de massa se opõe a uma civilização estática e elitista (Trigueiro Mendes, 1969, p.12)

A definição do autor foi significativa para conectar essa educação com a práxis humana, indo além de uma concepção meramente profissional, inspirou outros profissionais a debaterem sobre uma perspectiva crítica para além do contexto escolar (Paiva, 1985). Juntamente a isso, as pressões que estavam vivenciando durante o período ditatorial levaram à criação de projetos para substituir o ensino tradicional pela Educação Permanente, seguindo assim para um estágio operacional. Por decurso, Gadotti (1992) apresenta que esse modelo de educação perpassa por três fases: a primeira onde foi empregada a educação de adultos e formação profissional contínua; a segunda fase uma visão mais utópica, foi difundida radicalmente como a transformadora do sistema educacional; por último, a terceira fase, a operacional, onde os projetos começaram a se delinear para sua implementação.

É por esse caminho que segue a execução da Educação Permanente no Brasil. Na década de 1980, com o crescimento do neoliberalismo elencado pela reestruturação produtiva do capital, desvelaram-se estratégias de enfrentamento aos seus desdobramentos, entrando assim em curso a Educação Permanente em Saúde (EPS) difundida pelo Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Organização Pan Americana de Saúde (OPAS). Foi através dela que os termos educação permanente e educação continuada se diferenciam, nessa diferença, incorporou-se à educação continuada a ideia de formação no espaço do trabalho com intencionalidade definida, enquanto o sentido empregado à educação permanente agregou tanto a educação continuada como a educação em serviço, situando-se como uma educação para toda a vida (Lemos, 2016).

Esse contexto da década de 1980 também foi essencial para intensificar a relação entre trabalho e educação. Com os efeitos da reestruturação produtiva, diversas mudanças assolaram a economia, a política e a produção industrial brasileira, entre elas o aumento da taxa de desemprego, implicações no âmbito da saúde e educação decorrentes da inserção do toyotismo, portanto, um processo de flexibilização do ensino, fragmentação na formação profissional e no trabalho na saúde (Alves, 2000). Então para se enquadrar nesse modelo, a OPAS, orientada pela produção empresarial toyotista, estabeleceu “um novo referencial pedagógico, a ‘educação permanente’, no qual o trabalhador tenha maior envolvimento no processo produtivo da saúde” (Lemos, 2016, p. 914). Consequentemente, uma educação mais

gerencialista e racionalista que respondesse às tendências incorporadas ao mundo do trabalho na saúde.

Em paralelo, com as conquistas advindas da Reforma Sanitária Brasileira e a Constituição Federal de 1988, diversos direitos foram institucionalizados, a formação profissional ganhou espaços e o terreno para incorporação da Educação Permanente se intensificou. Entre as conquistas da Constituição de 1988, destaca-se aqui a do Artigo 200 que responsabiliza a formação de recursos humanos na saúde (Brasil, 1988). À vista desses desdobramentos, são perceptíveis as tentativas de integração da educação permanente e da educação como um todo, como estratégia de disputa de hegemonia, sua trajetória tem sido permeada por conflitos de concepção e de projetos, fazendo-a se configurar, historicamente, como um terreno em disputa. Assim, por um lado os interesses em prol do capital tentam inseri-la como uma estratégia gerencialista no espaço de trabalho, por outro, ela também pode assumir uma postura problematizadora e crítica da realidade.

Em função desses interesses, anos mais tarde, em 2004, foi estabelecida, na Portaria GM/MS nº198/2004, a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), suas diretrizes foram publicadas na Portaria GM/MS nº1996/2007, onde foi atribuída, ao Ministério da Saúde, o compromisso constitucional com o desenvolvimento de seus recursos humanos (Brasil, 2018). Em virtude dessa política, foram instituídos Polos de Educação Permanente em Saúde para disseminar as propostas da EPS no Brasil. Dentro dessas propostas, o trabalho e a transformação da realidade aparecem como elemento primordial, logo foram promovidos debates para a efetivação das diretrizes do SUS e do “desenvolvimento de iniciativas qualificadas para o enfrentamento de carências e necessidades do sistema nacional de saúde” (Brasil, 2018, p.9)

Essa institucionalização foi preponderante para o desenvolvimento da educação na saúde, conceituada como a “produção e sistematização de conhecimentos relativos à formação e ao desenvolvimento para a atuação em saúde, envolvendo práticas de ensino, diretrizes didáticas e orientação curricular” (BRASIL, 2013, p.20). Também designada como “educação no trabalho em saúde, a educação na saúde apresenta duas modalidades: a educação continuada e a EPS” (Brasil, 2018, p.9). Essas modalidades foram conceituadas e diferenciadas, a educação continuada ficou estabelecida como aquela que abrange atividades com prazos definidos para sua realização, usando-se, usualmente, do ensino tradicional como método para o desenvolvimento do trabalhador, em prol de uma melhor eficiência no trabalho (Brasil, 2018). Portanto, inclui atividades com sentido, propiciando um complemento e atualização para a formação profissional.

Por conseguinte, nesse eixo da educação na saúde, a Educação Permanente em Saúde é apresentada como uma “aprendizagem no trabalho, onde o aprender e o ensinar se incorporam ao cotidiano das organizações e ao trabalho” (Brasil, 2018, p.10). Em outras palavras, é uma proposta de aprendizagem pautada na reflexão crítica, na transformação da prática profissional e na melhoria da qualidade dos serviços oferecidos dentro da rotina do trabalho.

A EPS é uma estratégia político-pedagógica que toma como objeto os problemas e necessidades emanadas do processo de trabalho em saúde e incorpora o ensino, a atenção à saúde, a gestão do sistema e a participação e controle social no cotidiano do trabalho com vistas à produção de mudanças neste contexto. Objetiva, assim, a qualificação e aperfeiçoamento do processo de trabalho em vários níveis do sistema, orientando-se para a melhoria do acesso, qualidade e humanização na prestação de serviços e para o fortalecimento dos processos de gestão político-institucional do SUS, no âmbito federal, estadual e municipal. (Brasil, 2018, p.13)

A implementação dessa política, juntamente com as conquistas advindas dos processos de luta em prol da reforma sanitária, integrou novas perspectivas ao espaço de trabalho na saúde, incorporando-se a ela uma rede de ensino-aprendizagem, como também possibilidades para os profissionais ampliarem sua formação diante de uma perspectiva humanizada e crítica-reflexiva (Almeida *et al.*, 2016). Por conseguinte, gerou possibilidades de pensar no trabalho como aprendizado e na educação como transformadora, objetivando a realização de um serviço de qualidade aos usuários e estabelecendo uma nova dinâmica estratégica ao SUS (*Ibid*). Essas relações proporcionaram uma série de debates e produções sobre a Educação Permanente, embora majoritariamente relacionada à saúde, foram fomentadas pelas conquistas advindas desse espaço.

Já no âmbito do Serviço Social, em 2012 foi institucionalizada a Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS, que trouxe orientações para a inserção da Educação Permanente como um instrumento político e de luta para o espaço de trabalho dos assistentes sociais. Nela, a Educação Permanente foi apresentada em defesa da liberdade e democracia, orientada pelo projeto ético-político profissional, indo além de qualificação, constituindo-se como um instrumento contra as investidas do capital, dos avanços neoliberais e neoconservadores sobre a profissão (Cfess, 2012). Sua exposição foi um grande avanço para a categoria profissional, pois deu a possibilidade de repensar as práticas numa perspectiva pedagógica e crítica-reflexiva.

Além da institucionalização na saúde e no Conjunto CFESS-CRESS, em 2013, a Educação Permanente foi sancionada como política no âmbito da assistência, reconhecida como a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (PNEP/SUAS) pelo Núcleo de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social (NEP/SUAS), tem como

propósito organizar e transformar as práticas profissionais em seu espaço de trabalho (Fortunato, 2018). Sua instituição está pautada na participação social, no controle social, na defesa das políticas sociais e nos direitos socioassistenciais para ampliação da rede de proteção social brasileira, orientada por uma concepção político-pedagógica e problematizadora, compromete-se a capacitar o profissional, aperfeiçoar a gestão do SUAS, melhorar a qualidade e programas socioassistenciais (Brasil, 2013).

[...] Educação Permanente deve induzir nos trabalhadores e equipes profissionais um estado de permanente questionamento e reflexão acerca da pertinência e adequação dos seus processos de trabalho e práticas profissionais quanto ao reconhecimento desses usuários, enquanto sujeitos de direitos e capazes de agir para a modificação da realidade, e quanto à integralidade dos contextos de vida, demandas e aspirações das populações com as quais trabalham. (Brasil, 2013, p.35)

Portanto, caracteriza um grande avanço para a Assistência Social e seus trabalhadores, pois assim como na saúde, a PNEP também institucionalizou um espaço para capacitações, como o Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social (CapacitaSUAS), se propondo a ter uma perspectiva crítica, reflexiva problematizadora das práticas profissionais. Contudo, mesmo sendo uma proposta extremamente significativa, assistência social e as políticas sociais são campos de conflitos de interesses hegemônicos, refletindo diretamente nas capacitações que são oferecidas ao SUAS. Isso porque estão perpassados pela ideologia neoliberal que responde aos interesses do capital, apropriando-se do fundo público enquanto precariza e desmonta a assistência social (Behring, 2010).

Vislumbrando esse contexto sócio-histórico da Educação Permanente, especialmente em relação às suas conquistas no Brasil, em linhas gerais, pode-se assumir que ela foi essencial para a reestruturação do sistema educativo vigente. Se a educação, por muitas vezes foi concebida como exclusivamente escolar, com a discussão da Educação Permanente, pensar no aprendizado de forma contínua, por toda vida e como formadora do indivíduo, tornou-se mais factível (Gadotti, 1992). Por conseguinte, não só ampliou o debate em relação à educação de adultos, a que inclusive esteve historicamente associada, mas apresentou uma perspectiva para além da instituição, isto é, um aprendizado no espaço do trabalho, compreendendo o indivíduo como agente do seu processo educativo (Arouca, 1996). Para época em que ela começou a se difundir, essas concepções foram um tanto inusitadas, muito embora dependendo do país e conjuntura, o seu debate assumiu concepções diferentes, mas todos sobre o consenso de que era uma educação para a vida toda (Gadotti, 1992).

Por muitas vezes, a Educação Permanente recebeu a concepção de uma educação libertadora, que possibilitaria a evolução da sociedade. Porém, mesmo sobre uma perspectiva

crítica, seus ideais estiveram inseridos em disputas de interesses hegemônicos, por consequência, recebeu diversas influências ideológicas e culturais, sendo atribuídos à lógica do capital uma educação não permanente, produtora de desigualdades, responsabilizando o indivíduo pela sua educação para aumentar a produção enquanto mascara as fragmentações e precarizações existentes nos espaços de trabalho (Lemos, 2016). Essa lógica ainda perdura nos dias atuais, isso porque está incorporada nas relações sociais da sociedade capitalista, cujo interesse é a produção de mais riquezas pela extração de mais-valia e alienação, beneficente ao projeto societário da classe hegemônica, isto é, da burguesia (Simionatto; Costa, 2014).

Nessas relações, Gadotti (1992) explicita que as concepções existentes sobre a educação permanente revelam uma visão de mundo, ao mesmo tempo também dá possibilidades do sujeito despertar sua consciência e intencionalidade diante de suas ações, compactuando diretamente com o projeto profissional e societário defendido pelo Serviço Social. Então é no espaço do trabalho, no diálogo com o outro, coletivamente e individualmente, que o aprendizado vai se constituindo e se transformando. Isso vai ao encontro aos ideais do educador Paulo Freire, que compreende o ser humano como sujeito histórico e a educação como transformadora, crítica e libertadora, logo, percebida como um caminho para a emancipação da sociedade (Freire, 2005). Portanto, essa relação político-pedagógica representa uma ameaça ao projeto de sociedade defendido pela classe burguesa, assim apropriar-se dela para convertê-la em capital humano é beneficente aos interesses capitalistas (Fortunato, 2018).

Dessa forma, embora a Educação Permanente tenha sido instituída no Brasil contextualizada sobre uma perspectiva emancipatória e política, a sua prática tem sido constantemente atravessada pelos interesses hegemônicos, pois para preservar a acumulação do capital, são inseridos intensos desmontes e precarizações aos direitos da classe trabalhadora, agindo como uma estratégia ideológica e recaindo diretamente nos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social (Cfess, 2012). Em decorrência, limitam-se às possibilidades de atuação do exercício profissional, visto que esses espaços compõem a estrutura produtiva, sendo operantes no processo de acumulação capitalista, impulsionadas pelo neoliberalismo, tende a privatizar e focalizar o atendimento e as políticas públicas (Hora *et al.*, 2018). Logo, entende-se que a Educação Permanente é de difícil implementação, ainda mais inserida nesses tensionamentos e disputas de projetos, contudo, mesmo com essas dificuldades, ela tem potencial para ser um instrumento de luta e de fortalecimento do projeto ético-político profissional, sobretudo nesses tempos de ascensão neofascista e neoliberal

(*Ibid*). Adensa-se aqui também que não se deve perder de vista a defesa do direito à educação nas escolas públicas, laicas e gratuitas.

Portanto, para um melhor entendimento sobre o tema, será apresentado, no próximo capítulo, a Educação Permanente na relação mais específica com o Serviço Social a partir de suas entidades representativas. Isto no intuito de revelar se esse caminho sinaliza, de fato, a educação permanente dentro de uma estratégia de disputa de hegemonia, ou seja, como instrumento político-estratégico do Serviço Social na defesa do projeto ético-político profissional.

3.2 A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE DO CONJUNTO CFESS-CRESS: algumas considerações

A Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS foi lançada no ano de 2012 sob um contexto de intensas discussões em relação à educação no Brasil, ao avanço da crise do capital, refletidas nas disputas e mobilizações, sobretudo, pela aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) e no sancionamento da Lei de Cotas (Meirelles, 2018). Em consonância ao período, o debate sobre capital humano também estava em destaque devido ao aumento desenfreado do ensino superior privado e da fragilização da qualidade e da formação profissional (Cfess, 2014). Em conjunto a essas repercussões, como grande atuante na luta contra a mercadorização da educação, da precarização ensino superior e fragilização da formação profissional, as entidades ABEPSS, Conjunto CFESS-CRESS e ENESSO, sob a Gestão “Tempo de Luta e Resistência”, instituíram, para o Serviço Social, a Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS (Cfess, 2012).

Essa política foi instituída como “[...] instrumento político direcionado a fortalecer a Formação e o Exercício Profissional e contribuir para a garantia da qualidade dos serviços prestados à população usuária do Serviço Social brasileiro” (Cfess, 2012, p.6). Portanto, foi apresentada como instrumento de luta política e ideológica, norteadora da profissão para enfrentar os constantes ataques neoliberais e neoconservadores que avançam sobre o projeto ético-político profissional.

Evidenciando esses elementos, a Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS traz inúmeras reflexões sobre a Educação Permanente através da perspectiva do Serviço Social. Esse posicionamento é fundamental, pois como bem evidenciado no capítulo anterior, a concepção “Educação permanente” pode assumir e expressar diferentes posicionamentos políticos-ideológicos, logo, inseri-la sobre a ótica da profissão, vinculada às

dimensões teórico metodológica, ético-política e técnico-operativa, é ancorá-la na “[...] perspectiva social crítica, e nos princípios fundamentais éticos que preconizam a formação e o exercício profissional em Serviço Social.” (Nascimento; Oliveira, 2017, p. 154). Dessa forma, essa política tem como umas de suas principais diretrizes:

Afirmar o compromisso com o aprimoramento intelectual e qualidade dos serviços prestados à população, na perspectiva de assegurar a competência profissional; (Princípios Fundamentais – Código de Ética Profissional); Constituir espaço de aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-a a serviço dos princípios ético-políticos; Evidenciar a dimensão política da Política de Educação Permanente como instrumento de reflexão sobre a realidade social e aprimoramento da intervenção profissional; Potencializar as análises teóricas substanciais acerca da realidade para qualificar o exercício profissional; Constituir-se como instrumento de fortalecimento do Projeto Ético-político Profissional; (Cfess, 2012, p. 44-45)

Essas diretrizes estão diretamente relacionadas ao Projeto Ético-Político do Serviço Social, ganhando forma nas respostas dadas às demandas dos usuários, no exercício profissional e no espaço de trabalho. Portanto, a materialização das diretrizes vai se desvelando no atendimento de qualidade prestado à classe trabalhadora, sendo essa qualidade pautada na postura ética, considerando a realidade do usuário e do próprio serviço da instituição, para que sejam desenvolvidas estratégias que viabilizem direitos (Braz, Teixeira, 2009). Ao mesmo tempo, também demanda-se dos profissionais uma postura contra o conservadorismo, contra os “desvalores” da classe burguesa, contra práticas assistencialistas, permeadas pelas contradições do capital que perpassa a instituição e o espaço de trabalho.

No entanto, como a profissão está assentada na teoria social crítica e em defesa da classe trabalhadora, o assistente social tem compromisso moral, ético e político para enfrentar essas condições da realidade no projeto profissional e também, na medida do possível, no espaço de trabalho (Braz, Teixeira, 2009). Isso adensa-se porque a realidade é sempre suscetível à transformações, demandando compromisso com a constante atualização e apropriação de novos conhecimentos, novas teorias, novos termos para que seja garantido o respeito à identidade de gênero do usuário, à sexualidade, sem discriminação e preconceito, sem capacitismo, entre outros.

E como apontado nas diretrizes da Política de Educação Permanente do Serviço Social, visualizou-se que esses enfrentamentos podem ser respaldados pela Educação Permanente, pois ela tem compromisso direto com o projeto ético-político, desvelando subsídios para que ele seja materializado através de estratégias (Cfess, 2012). Essas estratégias podem ser desenvolvidas pressupondo que o profissional teve uma formação crítica para chegar e compreender a realidade que ele está inserido, embora considere-se também que sua formação pode ter sido sem qualidade, dada a constante precarização e

privatização do ensino superior. Mas, apesar disso, o projeto ético-político do Serviço Social é único e as entidades dispõem de constantes materiais e produções para respaldar a profissão (Braz, Teixeira, 2009). Logo, o profissional precisa buscar conhecimentos para desvelar a realidade, emergindo potencial criativo para desenvolver estratégias que aprimorem sua intervenção e se contraponham ao projeto antagônico na profissão.

Em consonância, os objetivos da Política de Educação Permanente do Serviço Social preconiza o aperfeiçoamento técnico, intelectual e político dos assistentes sociais para qualificar seu exercício e intervenção profissional, por uma dimensão pedagógica, partindo de uma análise crítica-reflexiva da realidade sociotécnica e política, das expressões da questão social diante das relações entre capital e trabalho, Estado e sociedade (Cfess, 2012). Por decorrência, assume o papel de instrumento estratégico fortalecedor dos princípios do Código de Ética, comprometido com a classe trabalhadora, com a defesa dos direitos humanos, da democracia, da justiça social em prol de uma sociedade livre de opressão e exploração (Cfess, 1993).

Outrossim, a política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS aponta considerações acerca do capitalismo, suas crises cíclicas e como elas se desdobram inserindo novas configurações na sociedade e no Estado (Cfess, 2012). Esses apontamentos evidenciam as implicações da sociabilidade capitalista que, para manter a acumulação do capital, amplia as desigualdades entre as classes, impondo diversas questões na realidade social como o acirramento das expressões da questão social (Chaves; Arcoverde, 2021). Isso recai diretamente sobre a classe trabalhadora, através das novas relações no mundo do trabalho, como a informalidade, flexibilização, terceirização, precarização do trabalho e das leis trabalhistas, aumento do desemprego e da exploração da força de trabalho (Labronici; Antunes, 2021). Além de também fragmentar as relações da educação, do ensino e da formação profissional.

Significa então que o trabalho, na sociabilidade capitalista, através da relação de produção e reprodução social, tem sua compreensão destituída do seu elemento central, enquanto sentido ontológico e formador do ser social, passando a assumir o papel de mercadoria (Marx, 1988). A dimensão criativa do trabalho é secundarizada em prol da alienação, alterando as relações entre homem e natureza, acometendo todas as dimensões e relações da sociedade, seja em seu aspecto educativo, social, político, moral e econômico (Marx, 1988). Isso recai diretamente na formação e exercício profissional dos assistentes sociais, pois o Serviço Social é uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho na sociedade capitalista, logo, é perpassado por todas as nuances que a atravessam (Ceolin,

2014). Nessas considerações, as críticas tecidas pela política de Educação Permanente do Serviço Social evidenciam que as instituições são apropriadas para assumir o papel de formar e disciplinar a força de trabalho para a obtenção de lucros (Cfess, 2012).

Por conseguinte, o trabalho, a educação, a produção de conhecimentos e a formação profissional têm seu sentido cooptado pela classe hegemônica, a burguesia, para responder ao capital e moldar a forma de pensar e agir da sociedade (Saviani, 1999). Para corresponder a essas demandas, o ensino superior tem sido cada vez mais privatizado, fragmentado e precarizado pelos avanços neoliberais e neoconservadores, onde é incorporada uma formação acrítica, numa perspectiva da pedagogia das competências, tecnicismo, metodologismo para empregabilidade e qualificação profissional da mão de obra sobre a ética capitalista (Farage, 2021). À vista disso, o modelo hegemônico de educação capitalista é pautado na lógica de capital humano para atender às demandas do mercado, incorporando o sentido da ideologia neoliberal para assegurar a hegemonia burguesa sobre a sociedade, tendo a “[...] educação como produtora e potencializadora das capacidades de trabalho e de renda, sendo um fator de desenvolvimento econômico e social.” (Nascimento; Oliveira, 2017, p. 140).

Nesse segmento, assevera-se que o sentido de capacitação, qualificação e formação profissional também assume outras dinâmicas. Na lógica capitalista, o objetivo assumido é de aprimorar as capacidades do indivíduo para que ele seja produtivo à economia, logo, são apresentados cursos imediatistas, gerencialistas e tecnicistas, formadores para o mercado de trabalho, sem qualidade e reflexão crítica, inseridas sobre um aligeiramento das relações sociais e de ensino (Nascimento; Oliveira, 2017). Então, com esses ataques ao ensino superior, somado à lógica de mercantilização da educação, denota-se uma fragilização na formação profissional dos estudantes. Por isso, a categoria profissional, juntamente com suas entidades representativas, têm constantemente reafirmado seu projeto ético-político profissional, lutando por uma educação pública de qualidade que considere o sujeito em sua totalidade (Cfess, 2012).

Neste sentido, vale indicar que esta proposta de Política de Educação Permanente se contrapõe à lógica instrumental abstrata, do chamado Capital Humano, tão difundido pelo modelo de acumulação flexível e reforçado no ideário neoliberal, que reduz a noção de formação continuada a um conjunto de treinamentos esparsos, para atender às demandas mais imediatas do mercado. (Cfess, 2012, p.22)

E esse Capital Humano recai diretamente inserindo uma noção de treinamento para os trabalhadores ao invés de uma formação qualificada. Isto se atrela à lógica da educação enquanto fator essencial para o crescimento econômico, pois assume o trabalhador enquanto

produto que transforma sua força de trabalho em mercadoria, na lógica alienante, em prol dos interesses do capital (Trindade, 2015). Dessa forma, muitas atividades e ações de educação são difundidas como “treinamento”, visando, exclusivamente, o aprimoramento e a mera reprodução das práticas tecnicistas, conteudistas, metodológicas sem de fato levar o trabalhador a ter uma reflexão crítica sobre seu trabalho. Essas condições são camufladas através de discursos envolvendo o treinamento como aprimorador das práticas e meio para ascender socialmente, atribuindo ao indivíduo a responsabilidade pelo seu sucesso ou fracasso, enquanto as relações capitalistas são mascaradas e o trabalhador não é visto enquanto ser social, político e consciente (*ibid*). Nessa relação, se contrapondo a essa lógica, a Política de Educação Permanente do Serviço Social busca formar com qualidade os profissionais, desvinculando-se de uma ideia de treinamento e da lógica de Capital Humano, na medida em que considera a formação parte essencial para compor o ser humano enquanto sujeito em constante transformação de seus aprendizados e práticas.

Portanto, essa Política no Serviço Social se configura como um grande aporte estratégico da profissão para essa luta contra os interesses do capital, pois ela se opõe ao ideal de imediatismo e aligeiramento dessas relações sociais, considerando a educação, em sua totalidade, como caminho para a emancipação humana, inserida pela práxis (Cfess, 2012). Essa Política apresenta que a produção do conhecimento e da realidade acontecem dialeticamente, objetivando a edificação de novas hegemonias conforme o interesse da sociedade, produzindo, assim, espaços para que o indivíduo produza, coletivamente, uma “consciência para si”, reafirmando-se como sujeito político e crítico (Cfess, 2012). Por decorrência, a política imprime sentido e significado à formação, qualificação e capacitação, considerando suas dimensões como ferramenta para organização política e desenvolvedora de consciência crítica da profissão.

Essa dimensão crítica e política é fundamental para o Serviço Social, pois também insere significado político à concepção de “Educação Permanente”. Neste contexto, adensa-se que a política em questão tece críticas ao conceito de “educação permanente para toda a vida”, isto porque, dentro da lógica capitalista, essa concepção é inserida como meramente reprodutora de conhecimentos, sem considerar de fato o que está sendo aprendido. (Cfess, 2012). Pode-se, então, inferir que essa educação para toda a vida, se não for de fato problematizadora, assumirá o papel de uma educação bancária, transmissora de conhecimentos, concebendo o ser humano como um depósito e reproduzidor do aprendizado, e não como um sujeito ativo do seu próprio conhecimento (Freire, 2005). Então, a partir dessa crítica, a política apresenta uma educação correspondente ao projeto profissional do Serviço

Social, com sentido emancipatório, que busca a superação do capital e transformação da sociedade, da classe trabalhadora, em sujeitos políticos (Cfess, 2012). Logo, a partir dessas considerações, afirma-se que nas disputas de projetos hegemônicos de sociedade, essa política se apresenta em prol do projeto societário da classe trabalhadora. Portanto:

Em um sentido mais amplo, ela diz respeito à formação de pessoas visando a dotá-las das ferramentas cognitivas e operativas que as tornem capazes de construir suas próprias identidades, suas compreensões quanto aos contextos nos quais estão inseridas e seus julgamentos quanto a condutas, procedimentos e meios de ação apropriados aos diferentes contextos de vida e de trabalho e à resolução de problemas. (Brasil, 2013, p. 32-33)

Por conseguinte, o significado da Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS converge com os apontamentos da Política de Educação Permanente do SUS e da Política de Educação Permanente do SUAS. Como a área da saúde e da assistência são também espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social, a relação com a política de Educação Permanente acontece por meio de questionamentos e problematizações a respeito da instituição do trabalho e das práticas profissionais, ampliando novas metodologias e estratégias, dentro das possibilidades existentes, para lidar com o cotidiano (Brasil, 2013). Logo, essas políticas incentivam a valorização dos saberes já existentes dos profissionais, mediada pela perspectiva crítica e reflexiva, para que seja efetivado um julgamento que considere a realidade para além do que ela aparenta ser. Assim, culminando com os apontamentos de Souza (2020), ir além do que a realidade aparenta é considerar que o indivíduo está atravessado pelas determinações sociais e há todo um contexto dentro da sociabilidade capitalista que intensifica as expressões da questão social.

A materialização da Educação Permanente no Serviço Social acontece em todas as dimensões, seja no exercício profissional no espaço de trabalho, seja nas produções de conhecimento, no pensar e refletir sobre a prática profissional, nas respostas dadas às demandas da classe trabalhadora, entre outros (Cfess, 2012). Cabe salientar que nos espaços de trabalho, ela também precisa estar inserida na formação e qualificação profissional, só que de uma perspectiva crítica, contrária ao que a ideologia neoliberal institui, para que o profissional, como mencionado anteriormente, possa observar a realidade além do que ela aparenta ser. Portanto, “[...] a educação permanente se constitui em um importante instrumento para a construção e qualificação de ações cotidianas no exercício da profissão e na sua capacidade de organização política.” (Cfess, 2012, p.15).

E é empregando-se sobre essa problematização da realidade, considerando as implicações dos avanços neoliberais e neoconservadores sobre a profissão, que o CFESS-

CRESS, ABEPSS E ENESSO vêm criando espaços de debates e formação profissional. São desenvolvidas, nesses espaços, diversas ações de Educação Permanente como encontros, seminários com conselheiros, agentes fiscais, assistentes sociais, o curso Ética em Movimento, o Congresso Brasileiro de Assistentes sociais (CBAS), publicações, debates, anais de seminário e congressos, supervisão de estágio, Projeto ABEPSS Itinerante, etc. (Cfess, 2012). Ademais, os CRESS dispõem de atividades comemorativas como o dia do assistente social, seminários sobre diversas temáticas, produções de revistas e periódicos. (*Ibid*). Portanto, essa Educação Permanente não limita-se ao ensino superior, mas é contínua e qualificada na dimensão do projeto profissional do Serviço Social. E isso é benéfico ao papel das unidades representativas e de unidades de formação acadêmica, pois elas precisam estar coletivamente em um processo de reflexão com a categoria profissional, com o exercício qualificado, comprometido com a classe trabalhadora; logo a educação permanente aparece como um caminho seguro e sólido para essa materialização (Cfess, 2012).

Além dessas contribuições, é essencial destacar que a ABEPSS, entidade articuladora do Serviço Social, tanto na graduação quanto na pós-graduação, foi fundamental na construção da política em questão, inserindo nela considerações sobre a Educação Permanente como fortalecedora da formação profissional do Serviço Social, expressando-a como uma estratégia permanente para a intervenção e o desvelamento da realidade diante da hegemonia capitalista (Cfess, 2012). A ABEPSS, então, materializa suas ações de Educação Permanente através de [...] oficinas regionais e nacionais de graduação, seminários de pós-graduação; dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS); na organização, juntamente com os CRESS, dos fóruns locais e regionais de supervisores de estágio [...]” (Cfess, 2012, p.39). Assim, nessas iniciativas, são reconhecidos potenciais de formação coletiva através da aprendizagem significativa, assumindo nessa concepção profissional da Educação Permanente a relação direta com processos organizativos e coletivos no âmbito do Serviço Social, desvelando-se como um importante instrumento nas disputas de hegemonia na profissão.

Ademais, a ENESSO, representante dos estudantes do curso de Serviço Social no Brasil, grande atuante crítica e política na formação profissional, tem contribuído efetivamente com a Política de Educação Permanente do Serviço Social. Isto porque ela incorpora a formação como “[...] um campo estratégico para a intervenção do movimento estudantil, no sentido de luta pela garantia de uma formação profissional crítica e não conformista.” (Cfess, 2012, p.40). Dessarte, como contribuição para a construção da política em questão, a ENESSO elencou que os elementos impostos na realidade inserem a

necessidade de uma Educação Permanente para enfrentá-los, devendo estar diretamente ligada ao projeto ético-político profissional, reiterando-a com as dimensões teórico metodológica, ético-política e técnico-operativa para analisar a realidade social de forma qualificada (Cfess, 2012). E esse posicionamento é fundamental, pois ela é uma entidade estudantil que está formando futuros assistentes sociais, então evidenciar a educação permanente no seu espaço reafirma-os enquanto sujeitos políticos na luta ativa para uma sociedade sem exploração.

Ainda nos dias atuais a Política do Conjunto CFESS-CRESS permanece orientando a categoria profissional a respeito da Educação Permanente. E quando direcionada ao período entre 2019 a 2022, desvela-se uma conjuntura de ascensão do neofascismo, do neoliberalismo, do neoconservadorismo, inserindo diversas implicações à categoria profissional (Raichelis, 2013). Como bem evidenciado anteriormente, acentuam-se novas modalidades de trabalho que já estavam em curso, como a acumulação flexível, que leva a uma dinâmica de imediatividade, tudo passa a ser rápido, por consequência, reduz o tempo de uma formação qualificada para corresponder às exigências do capital. Em paralelo, há um aumento acentuado de graduações com a modalidade de Ensino à Distância (EAD), inclusive do Serviço Social, na maioria das vezes partindo de instituições privadas, inseridos sem a preocupação com uma formação qualificada crítica (Boschetti; Behring, 2021). E com o advento da pandemia, fica evidente o quanto a educação foi negligenciada e precarizada para beneficiar o projeto hegemônico da classe burguesa, isto é, uma educação enquanto mercadoria formadora de profissionais obedientes para a acumulação do capital e manutenção do *status quo*.

Esses tensionamentos das lutas hegemônicas influenciam diretamente na realidade. Nesses rebatimentos e contrarreformas, o neoconservadorismo vem avançando cada vez mais sobre as políticas sociais, sobre os espaços de trabalho do Serviço Social, que se encontram extremamente precarizados e sucateados, as expressões da questão social mais acirradas, requerendo dos assistentes sociais respostas imediatas (Cfess, 2020). Logo, impõe ao Serviço Social a constante necessidade de exercício crítico, a partir da sua dimensão interventiva-investigativa, orientando-se para a superação do conservadorismo, enlaçado a um aporte de conhecimentos para analisar a questão social e suas expressões. Assim, faz-se imprescindível preparar profissionais capacitados para lidar adequadamente com as questões impostas na realidade, nessa contradição entre capital e trabalho, desvelando-a e atualizando-se constantemente, repensando a prática profissional para construir estratégias que ultrapassem a imediatividade (Cfess, 2012).

Nessas considerações, as entidades representativas CFESS-CRESS, ABEPSS, ENESSO, ao lado de movimentos sociais, em defesa da classe trabalhadora, têm procurado estratégias para fortalecer sua luta e resistência por uma educação pública, gratuita e de qualidade, que tensione essa lógica do capital. Então a Educação Permanente se apresenta como uma dessas estratégias, um caminho para a materialização dessas condições, perpassada por uma lógica contrária ao capital humano, constituindo-se como instrumento de luta, de formação da ação humana e qualificação do exercício profissional para atender demandas da classe trabalhadora (Cfess, 2012). Evidencia-se também, na Política de Educação Permanente do Serviço Social, que a Educação Permanente não se limita ao Serviço Social, ela precisa alcançar todas as profissões dentro dessa perspectiva crítica e analítica, assentando uma educação que se proponha mudar a sociedade e a superar o capital (*Ibid*).

É evidente que ainda há um longo caminho a percorrer para a superação do capital, pois, como apresentado neste trabalho, a Educação Permanente pode ser apropriada para corresponder aos interesses hegemônicos da burguesia, então, muitas vezes, é inserida na sociedade de forma despolitizada. E, embora a Política de Educação Permanente tenha uma dimensão crítica, juntamente com atividades de Educação Permanente desenvolvidas pelas entidades, nem sempre todos os profissionais são alcançados. Isso porque, dadas as condições impostas pela sociedade capitalista, como bem apontado por Barroco (2015), muitos profissionais respondem às demandas das instituições assumindo posturas conservadoras, sem ter interesse na atualização de conhecimentos para apreender as novas dinamicidades da realidade social. Também há casos que, devido à precarização das condições de trabalho e também pela divisão sexual do trabalho, por o Serviço Social ser uma profissão majoritariamente composta por mulheres, muitos profissionais acabam tendo jornadas duplas ou triplas de trabalho, com mais de um vínculo empregatício e ainda com as demandas de cuidados do lar (Cfess, 2010).

Logo, são múltiplos os desafios e dificuldades para a inserção e difusão da política entre os profissionais. Como já bem evidenciado ao decorrer deste trabalho, todos os espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social estão inseridos nessa contradição capitalista, sendo perpassados por precarizações. E embora a Política de Educação Permanente do SUS e do SUAS sejam de extrema relevância e culminem com a perspectiva crítica em relação à educação problematizadora, tanto na perspectiva de Paulo Freire como na Política de Educação Permanente do Serviço Social; elas, muitas vezes, assumem concepções genéricas nas disputas de interesses hegemônicos, sendo limitadas pelas precarizações existentes nos espaços, pela falta de orçamento, pelos ataques às políticas públicas e sociais (Brasil, 2013).

Além dessas representações, essas Políticas Nacionais de Educação Permanente, mesmo partindo de uma concepção de formação problematizadora, acabam se objetivando mais para uma formação essencialmente no espaço de trabalho. Logo, a forma que essas políticas desenvolvem a Educação Permanente fica muito mais suscetível e dependente das condições existentes no espaço, onde podem ser substituídas por uma educação não permanente, voltando-se apenas para o treinamento e aprimoramento profissional. Em função disso, é fundamental que o Serviço Social tenha uma política específica para a profissão que ultrapasse o espaço de trabalho, considerando a formação tanto individual quanto coletiva do sujeito, visando a materialização do projeto ético político profissional (Cfess, 2012).

Nessas considerações, a categoria profissional e suas entidades representativas têm se esforçado para inserir ações de Educação Permanente na profissão, até mesmo de forma remota, embora muitas vezes sem nomeá-la diretamente como “Educação Permanente”, o que, por consequência, leva muitos profissionais a desconhecerem sobre o seu termo e sobre sua política. Contudo, implica-se aqui ressaltar que nessa sociedade, perpassada por projetos societários antagônicos, apresentar a Educação Permanente como instrumento ideológico e político tem sido um desafio e também uma conquista, pois ela se apresenta como uma grande reafirmação da luta contra as adversidades do capital (Cfess, 2012). Logo, como bem apontado por Tonet (2016), se é imposta uma educação para atender ao processo de acumulação do capital, na ideologia capitalista, onde são apropriadas informações, conhecimentos para beneficiar determinada classe, fazendo com que ela permaneça exercendo sua hegemonia e sua concepção de mundo, então se contrapor a esse conceito, como uma concepção contra-hegemônica, é ter a possibilidade de se posicionar e se manifestar enquanto práxis.

Dentro do projeto societário e profissional do Serviço Social, a Política de Educação Permanente é inserida pela perspectiva de caráter emancipatório e transformador das práticas profissionais, imprimindo sentido ao desenvolvimento pessoal e profissional, individual e coletivo. Isto considerando as contradições da própria profissão, portanto, atravessando a própria Política de Educação Permanente. Fazendo-se urgente lutar para que a educação não assuma papel de mercadoria, apenas para ampliar o currículo profissional, mas que tenha sentido para a qualificação do ser humano (Nascimento; Oliveira, 2017). Assim, reforça o sentido essencial da educação apresentado por Tonet (2000), como responsável pela socialização do indivíduo, para que ele aprenda a viver em sociedade, se constituindo enquanto sujeito político, portanto, resgatando o sentido ontológico do trabalho e da educação enquanto formador e reprodutora do ser social.

Por isso, a constituição dessa política amplia um olhar crítico sobre o educar permanentemente e continuamente, não limitando-se apenas ao espaço de trabalho, mas orientando a categoria profissional e os assistentes sociais em formação para qualificar sua intervenção e lidar com as questões impostas no cotidiano pelo capital, desvencilhando-se dos seus valores preconceituosos, racistas, contra os direitos humanos, entre outros (Cfess, 2012). Logo, se institui como um caminho para fortalecer o projeto ético-político profissional e enfrentar esse cenário de intensos ataques à classe trabalhadora, elencando a teoria e a prática, numa dimensão pedagógica, constituindo-se enquanto práxis para uma sociedade livre e emancipada.

Portanto, é tentando lidar com esses desafios, criando estratégias coletivas que o conhecimento vai se ampliando, pois a Educação Permanente “[...] permite questionar nosso conhecimento prático e refazer a própria ação [...]” (Brasil, 2009, p. 49). No entanto, a profissão por si só não irá mudar a sociedade, ainda mais por depender do seu empregador, o Estado, que é apropriado pela burguesia, inserida numa sociabilidade capitalista, atravessada por disputas de projetos e interesses antagônicos. Mas, apesar dessas limitações, a política constitui-se um importante caminho para enfrentar as demandas da realidade, enfrentar as condições alienantes que fragmentam a capacidade de intervir na realidade, dando subsídios aos profissionais para tal, efetivando-se a partir da instrumentalidade profissional, sendo um caminho para a materialização do projeto ético-político do Serviço Social (Cfess, 2012). Por essa perspectiva, as entidades permanecem desenvolvendo diversas ações de Educação Permanente com intuito de potencializar e aprimorar intelectualmente os assistentes sociais e os estudantes em formação. Isto mesmo que não necessariamente intituladas e identificadas como tal.

3.3 EDUCAÇÃO PERMANENTE COMO UM INSTRUMENTO POLÍTICO-ESTRATÉGICO NA CONSTRUÇÃO E DISPUTA PELA HEGEMONIA NO SERVIÇO SOCIAL: reflexões a partir do último período (2019-2022)

Este item tem como finalidade a identificação da Educação Permanente como um instrumento político-estratégico de disputa de projetos e de hegemonia no Serviço Social. Portanto, foi elaborado com base nas análises de pesquisas documentais, tal como foi apresentado na introdução. A princípio, através dos documentos, identificou-se um conjunto de iniciativas no âmbito da formação profissional implementadas pelas gestões do conjunto CFESS-CRESS e da ABEPSS, porém boa parte dessas iniciativas não foram identificadas

estritamente como educação permanente. Desse modo, entendendo que a própria concepção de Educação Permanente do Conjunto-CFESS extrapola uma concepção meramente formal e limitada conceitualmente, a pesquisa desenvolvida acabou por considerar o conjunto de iniciativas voltadas para a formação, no diálogo com os profissionais, como também iniciativas no âmbito da Educação Permanente.

Conforme o levantamento realizado nos documentos pesquisados, pode-se identificar que as atividades e ações que assumiram maiores destaques no âmbito da Educação Permanente foram: Campanhas e ações referente ao dia do Assistente Social, os Seminários e encontros temáticos nacionais voltados à categoria profissional do Conjunto CFESS-CRESS, a exemplo, o Seminário Nacional sobre o trabalho do/a assistente social no sociojurídico, o Seminário Nacional Serviço Social e Direitos Humanos, o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS); outras atividades foram as oficinas nacionais e regionais da ABEPSS, o Projeto ABEPSS Itinerante a exemplo da 5º (2020) e 6º (2022).

No Relatório Gestão 2017-2020 “É de batalhas que se vive a vida”, foram identificadas diversas atividades como Educação Permanente, mas que não estavam sinalizadas como tal. Algumas dessas atividades se caracterizam como: seminários, mesas-redondas, cartas dos Encontros Nacionais deliberativos, CFESS Manifesta, notas e matérias que, além de trazerem nosso posicionamento, identificavam conexões entre essas violações dos direitos humanos e o trabalho de assistentes sociais, convocando à defesa do projeto ético-político e seus princípios, na contramão da naturalização desses fatos. A exemplos dessas atividades temos: Campanha “Proteger é Garantir Direitos” com a finalidade de comemorar os 30 anos da Convenção Internacional dos Direitos de Crianças e Adolescentes e do ECA; Ações em defesa do modelo biopsicossocial da pessoa com deficiência em avaliações para fins de acesso a benefícios e serviços sociais; 48º Encontros Nacionais CFESS-CRESS// Diretrizes para normativa sobre acessibilidade no Conjunto CFESS-CRESS; CFESS na Conferência Nacional Democrática de Assistência Social (2019); A Defesa do Serviço Social do INSS// publicação de CFESS Manifesta “Os impactos da Reforma da Previdência na classe trabalhadora” (2019); Atividades relacionadas ao “Serviço Social na Educação, articulando com outras categorias profissionais, movimentos sociais e sindicatos ligados à construção de uma Política de Educação comprometida com a emancipação humana” (Cfess, 2020).

Juntamente também foram desenvolvidas: “A 6ª Conferência Nacional de Saúde, em 2019; Conferência Nacional Democrática de Assistência Social, em 2019; Ações para

efetivação da “defesa da Assistência Social como direito e do SUAS como política pública e as condições de trabalho dos/as assistentes sociais e demais trabalhadores/a na perspectiva de garantia da qualidade dos serviços prestados à população; Articulação permanente em defesa da ampliação do acesso ao BPC, como benefício assistencial não contributivo de valor não inferior a 1 salário-mínimo; Publicadas edições do CFESS Manifesta sobre assistência social, Conferência Nacional Democrática de Assistência Social (2019); 16ª Conferência Nacional de Saúde (2019); Debates sobre a supervisão de estágio; ação em relação ao Enade; estratégias de fortalecimento do debate étnico-racial na formação; preceptoria na graduação em Serviço Social (estudos para conhecer essa realidade); supervisão de estágio e a precarização do trabalho de assistentes sociais, por meio do chamado “estágio de pós-graduação”; Em 2019 um total de 21 vídeos de formação e 2020 com 9 vídeos de formação, entre outras atividades (Cfess, 2020).

Já no Relatório de Gestão 2020-2023 “Melhor ir à luta com raça e classe em defesa do Serviço Social” foram identificadas algumas das seguintes atividades como Educação Permanente sobre a conjuntura do Governo Bolsonaro e o período pandêmico: Publicações, com destaque para as séries “Diálogos do Cotidiano” e “Assistente Social, explica pra gente”; relatório do Seminário Nacional de Residência em Saúde e Serviço Social e dos livros “O Serviço Social e as relações internacionais”; “Anticapacitismo e exercício profissional: perfil de assistentes sociais com deficiência”, além de outros documentos para a capacitação e atualização dos profissionais. Também declinou o Plano do Covid na categoria, voltado para a produção de conhecimentos sobre a conjuntura, como a elaboração e publicação da “Série Trabalho e Conjuntura: os impactos do coronavírus no trabalho do/a assistente social”. Também ocorreu a elaboração e publicação dos diversos CFESS Manifesta, em formato digital como: “O trabalho de assistentes sociais em situações de calamidades”; produção de material audiovisual, websérie sobre piso salarial; nota técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e Lei de Alienação Parental; brochura “Produção de documentos e emissão de opinião técnica em Serviço Social” em versão digital e impressa; nota técnica: a importância ética do trabalho de assistentes sociais nas diferentes políticas públicas para a garantia do direito à vida das mulheres e para a materialização do direito ao aborto legal; nota técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito raça/cor/etnia (Cfess, 2023b).

Em conjunto, também foram realizados debates *online* como “Serviço Social e a crítica à Lei de Alienação Parental (Lei nº 12.318/2010)”; live do *youtube* sobre lançamento e debate da publicação “Produção de documentos e emissão de opinião técnica em Serviço social”. Também contou com a participação na live da Frente Nacional contra a

Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto; antecedida de mobilização, articulação e manifestações, em conjunto com outros sujeitos políticos, sobre a matéria de defesa dos direitos das mulheres, da legalização do aborto e da não criminalização dos corpos; Realização do Seminário Nacional Serviço Social em Defesa das Infâncias, Adolescências e Juventudes; Participação nos debates sobre a justiça reprodutiva, descriminalização e legalização do aborto e ética profissional; - Realização do Seminário Nacional Serviço Social, Ética e Direito ao Aborto, com mais de 6.488 inscrições; Publicação da nota técnica sobre “a importância ética do trabalho de assistentes sociais nas diferentes políticas públicas para garantia do direito à vida das mulheres e para a materialização do direito ao aborto legal”; Publicação do livro “Anticapacitismo e exercício profissional: perfil de assistentes sociais com deficiência”, cujo conteúdo resulta da primeira pesquisa nacional sobre o perfil de assistente sociais com deficiência do país, que foi elaborada pelo Grupo de trabalho sobre Anticapacitismo; Realização do 2º Seminário Nacional das Comissões Permanentes de Ética (remoto) (Cfess, 2023b).

Também contou com iniciativas como: Formação de Grupo de Trabalho Nacional CFESS-CRESS sobre anticapacitismo e exercício profissional de assistentes sociais com deficiência, com representação dos Regionais e de profissionais com deficiência; Participação no 10º Encontro Nacional das Residências, e construção de agenda de trabalho, do segmento de apoiadores/as, dos programas e do Movimento Nacional em Defesa das Residências em Saúde; Realização de *live* ‘esquenta’, preparatória para a Conferência Nacional de Assistência Social, dia 4 de agosto de 2021. *Live* “Um debate com a categoria para fomentar discussões políticas e participação nas etapas preparatórias, denunciar os retrocessos e ausência de proteção social, contribuindo para a mobilização da sociedade na luta por direitos e, especialmente, na defesa da assistência social como política pública”; Participação na Conferência Nacional Popular de Educação (Conep/2022); Seminário no Congresso Nacional: “Psicólogos e Assistentes Sociais: Profissionais da Educação em Ação”; Elaboração e divulgação do CFESS Manifesta “assistentes sociais, trabalhadoras e trabalhadores da educação”; Participação em atividades on-line promovidas pelos CRESS e entidades afins sobre o Serviço Social na educação; Realização do Seminário Latino-Americano com o tema: Serviço Social, Povos Indígenas e Direitos Humanos (Cfess, 2023b).

Através dessas análises, foi possível compreender a dimensão da Educação Permanente no Serviço Social e a forma que as atividades e ações foram desenvolvidas para materializar a Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS. A utilização de metodologias ativas como estratégias para facilitar e fortalecer o aprendizado, a inclusão e

dinâmicas com os participantes foram inseridas com poesias, eventos culturais, danças, rodas de diálogos e debate. Esses métodos assumiram compromisso com uma educação de qualidade, estimulando questionamentos a respeito da realidade social, a participação coletiva e a articulação política sobre uma perspectiva de formação crítica, de capacitação e orientação profissional. Portanto, a execução das atividades foi pautada na aprendizagem significativa e ético-política do Serviço Social, orientando os profissionais e estudantes para lidarem adequadamente com as questões impostas na realidade advindas da crise do capital. (Cfess, 2023b).

A forma que essas atividades foram planejadas e executadas reflete a preocupação das entidades com a formação individual e coletiva dos assistentes sociais e os estudantes em formação. Isto porque, como já vem sendo debatido ao decorrer deste trabalho, com o constante avanço do neoconservadorismo, do ultraliberalismo, neofascismo, das disputas de projetos antagônicos na sociedade, têm se inserido inúmeros desafios ao projeto ético-político profissional. Então, como uma saída para enfrentar esses rebatimentos sobre a profissão, tem-se pensado e desenvolvido uma formação crítica, com intencionalidade de prezar pela qualidade, através da Educação Permanente (Cfess, 2012). Essas formações são subsidiadas por meio de reflexões sobre temas que trabalhem as questões da realidade, as expressões da questão social, questões de gênero, questões de raça, para que sejam desenvolvidas estratégias para a materialização das dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política do Serviço Social (Cfess, 2020).

E esses temas também são perpassados pelas Campanhas do Dia da/o Assistente Social, no dia 15 de Maio, que segue como uma data não só comemorativa para a profissão, mas como uma forma de reforçar as bandeiras de lutas, ações e orientar profissionais sobre os temas em evidência na sociedade brasileira (Cfess, 2020). Por decorrência, trazendo uma caracterização das atividades, a Campanha do Dia do Assistente Social, dentro do recorte temporal entre 2019 a 2022, evidenciou temas referentes à conjuntura e à formação social brasileira. Em 2019, a campanha teve como tema “Se cortam direitos, quem é preta e pobre sente primeiro. A gente enfrenta o racismo no cotidiano!”. Este tema foi uma denúncia ao genocídio da população preta, aos cortes de direitos e políticas públicas no Governo Bolsonaro, ao avanço da extrema direita e seu projeto de criminalização da pobreza e do aprofundamento das desigualdades sociais (Cfess, 2020). Dessa forma, a campanha seguiu como orientadora das atividades de Educação Permanente que ocorreram ao decorrer do ano, reafirmando o posicionamento da profissão na luta contra os constantes desmontes de direitos,

contra o racismo, contra o preconceito, contra a violência que essa população vem sofrendo para beneficiar o projeto da classe burguesa.

Em 2020, o tema do/a campanha do Dia do Assistente Social, que alinhou os debates de muitas ações de Educação Permanente, foi “Trabalhamos em vários espaços, sempre com a população. Serviço Social: conheça e valorize essa profissão!”. Este tema reforçou o trabalho do Serviço Social durante a pandemia, reafirmando-se uma profissão que luta pelos direitos da classe trabalhadora, sobretudo nesse período, onde a população pobre, preta e indígena foi a mais afetada com a crise sanitária (Cfess, 2023a). O Serviço Social esteve na linha de frente para atender essa população, viabilizando direitos, pois é uma profissão que tem múltiplos espaços sócio-ocupacionais, então os profissionais precisaram trabalhar de forma remota, sob um contexto precário e nem sempre com condições de garantir assiduamente o sigilo profissional. Assim, o tema também foi uma forma de valorizar uma profissão que está inserida em tantos espaços e que nem sempre é reconhecida como tal, por isso, muitas das ações de Educação Permanente foram direcionadas ao reconhecimento profissional, à reafirmação do projeto ético-político defendido pela profissão na luta contra o projeto burguês (Cfess, 2020).

Por conseguinte, o tema da Campanha de 2021, foi “Há mais de 500 anos, sempre na linha de frente! Trabalho pela vida e resistência dos povos originários e comunidades tradicionais” (Cfess, 2023a). Este tema deu ênfase na luta da população indígena contra o genocídio, racismo, preconceito, sobretudo durante a pandemia, em que essa população foi intensamente afetada e violentada com os descasos do governo, com a crise sanitária, com a demora para imunização. Portanto, foi um posicionamento coletivo da profissão, reiterando sua luta contra a exploração e opressão, em defesa da população indígena. Logo, muitas ações de Educação Permanente, como produções, atividades, seminários foram permeadas com esse debate ao lado dos povos originários (Cfess, 2023a).

Já a campanha de 2022 deu ênfase para as mulheres através do tema “Trabalhadoras do Brasil. Somos e lutamos com elas. Em defesa dos direitos e das liberdades democráticas”. Esse tema inseriu discussões sobre as ameaças ao Estado democrático de direitos, sobretudo, em decorrência do ano eleitoral, onde a extrema direita utilizou diversos métodos perversos e violentos para oprimir, explorar, silenciar a população.(Cfess, 2023a) Dessa forma, o tema evidenciou o protagonismo das lutas das mulheres trabalhadoras, brancas, trans, indígenas, negras, ciganas, com deficiência, que vivenciam duplas e triplas jornadas de trabalho e sofrem diretamente com diversas questões de gênero, com o patriarcado, machismo, exploração, opressão (Cfess, 2023b). Destarte, também foi essencial para exaltar as profissionais

Assistentes Sociais, em conjunto com a campanha da Gestão “Nós, Mulheres, Assistentes Sociais de Luta”, que compõem majoritariamente a profissão. Assim, as atividades deram visibilidade aos debates sobre a luta pela legalização do aborto, ao direito sexual e reprodutivo, à liberdade de expressão, bem como às violências contra essa população, que, inclusive, aumentaram durante o período pandêmico (Cfess, 2023a).

Nesse ínterim, através da composição dos temas e sua inserção na conjuntura, as ações de Educação Permanente deram subsídios ao projeto profissional do Serviço Social, materializando a Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS, mesmo não sinalizadas como tal. As atividades, ao longo desse recorte temporal, foram grandes reforços na luta contra o neoconservadorismo. Por isso, como resultado de construções coletivas, os Seminários Nacionais do Conjunto CFESS-CRESS articulam seus debates e discussões com espaços sócio-ocupacionais da profissão, inserindo questionamentos acerca do que compõe aquele espaço, como trabalham com as expressões da questão social, as questões de raça, gênero, entre outras (Cfess, 2020). Essas discussões foram refletidas, por exemplo, em 2019, no 3º Seminário Nacional sobre o trabalho do/a assistente social no sociojurídico e o no 2º Seminário Nacional Serviço Social e Direitos Humanos, que, subsidiado pelo tema do Dia do/a Assistente Social em 2019, inseriu críticas ao Estado Penal, ao encarceramento e genocídio da população negra, orientando os profissionais a lutarem e se articularem na defesa dessa população (Cfess, 2020).

Outra atividade extremamente importante que reforça a Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS, é o CBAS, que insere temas de extrema relevância à profissão, ao fomento da pesquisa e à articulação política para lidar com as questões que atravessam a realidade social. A exemplo dos temas dessas atividades, temos o 16º CBAS, em 2019, com a campanha “40 anos da “Virada” do Serviço Social”; nela pautou-se a discussão sobre o avanço do neoliberalismo e neoconservadorismo sobre a profissão, sobre as políticas sociais e o tensionamento entre as classes (Cfess, 2020). Já o 17º CBAS, em 2022, teve como tema “Crise do capital e exploração do trabalho em momento pandêmico: repercussões no Brasil e na América Latina.”, que ressaltou o compromisso do Serviço Social com a classe trabalhadora e por uma sociedade sem exploração e opressão, como também evidenciou a crise do capital sobre a sociedade brasileira (Cfess, 2022b).

O ENPESS, considerado pela presente pesquisa também como uma atividade de Educação Permanente, promoveu diversas pesquisas e contribuições de autores sobre os mais diversos temas, como o debate sobre a ética, direitos humanos, questão social, pandemia, identidade de gênero, precarização do trabalho e dos vínculos empregatícios, crises

capitalistas, entre outros (Abepss, 2022b). Sua 17ª edição ocorreu em 2022, tendo como tema “Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”. Assim como as outras atividades, o ENPESS reitera aspectos da conjuntura, visando a reatualização profissional através de um aprendizado significativo, buscando ampliação de pesquisas, extensões e debates sobre as tendências da realidade no Serviço Social (*Ibid*).

Evidenciando novamente a Educação Permanente, é válido dar um destaque para a ABEPSS, pois ela tem sido essencial na articulação político-pedagógica profissional, “[...] com intuito de garantir a educação permanente de assistentes sociais, docentes, discentes, supervisores/ as de campo e acadêmicos/as” (Cfess, 2020, p.72), inserindo diversas atividades e formação pelo ABEPSS Itinerante. Nessa caracterização, a 5ª edição do ABEPSS Itinerante ocorreu de forma remota, em 2020, sob o contexto pandêmico, tendo como tema a “Ética e Direitos Humanos: Elementos para crítica ao conservadorismo” (Abepss, 2020). As atividades foram divididas por módulos e eixos, inserindo diversas discussões sobre o conservadorismo, sua origem, seus desdobramentos no mundo, na sociedade brasileira e no Serviço Social. O Módulo 01 teve como título “A contribuição da Ética Marxista para a crítica ao Conservadorismo”. Seguida por um ciclo de debates intitulados de “Entre a escravidão e a busca pela dignidade do trabalho: os limites do capital” e “Superexploração da força de trabalho e escravidão contemporânea: avanço do conservadorismo”. Para aprofundar o tema, os Módulos foram divididos em eixos. O Eixo 01 centralizou-se na “Origem histórica do conservadorismo moderno. A oposição à Revolução Francesa e ao projeto burguês. O marco de 1848, o conservadorismo burguês e a decadência ideológica do pensamento burguês. A crise da razão, da filosofia, do humanismo, da ideia de progresso. O irracionalismo moderno”. O Eixo 02 foi centralizado na “Origem do neoconservadorismo: contexto EUA e Inglaterra. Valores e princípios. Militarização, religião, moralização. O neoconservadorismo no Brasil: os Institutos Liberais. As tendências. O irracionalismo”. Por conseguinte, nessa mesma edição, também foi inserida uma parte dois dos módulos com os seguintes temas: Eixo 01 sobre “Ontologia do ser social, genericidade humana, liberdade e a constituição dos valores”. Eixo 02 “Sociabilidade burguesa e criação de valores/desvalores no cotidiano: racismo e patriarcado e as particularidades da realidade brasileira”. Eixo 03 “Contribuições no enfrentamento ao conservadorismo” (Abepss, 2020).

O Módulo 2, parte 1, dessa mesma edição, teve como tema central “Direitos Humanos, a análise da diversidade humana e o Serviço Social”. Esse módulo foi dividido em eixos, com as seguintes nomeações: Eixo 01 “Sociedade capitalista-hetero patriarcal-racista: violações de

direitos humanos e da diversidade humana no front da luta de classes. Contribuições ao entendimento dos Direitos Humanos e da Diversidade Humana em uma perspectiva de totalidade”. O Eixo 02 “Direitos humanos, Diversidade Humana e Serviço Social: crítica ao conservadorismo e contribuição estratégica contra as violações de direitos e a reprodução dos preconceitos”. Já o Módulo 2, parte 2, teve como tema central “O Brasil da atualidade: Do que se trata? Desvendar a realidade para defender o projeto de formação profissional”. Seus eixos discorreram sobre “Caracterização teórico-política do momento no Brasil; repercussões sobre orçamento, instituições democráticas e sociais.” (Eixo 1); “Distintas abordagens possíveis sobre a crise do capital; reacionarismo, em disputa com o conservadorismo no Brasil e em alguns locais do mundo; impactos conjunturais para o campo dos direitos humanos” (Eixo 2) (Abepss, 2020).

A forma que essas atividades foram preparadas, evidenciou uma perspectiva crítica e marxista em relação às contradições do capital, com enfoque nas particularidades da realidade brasileira e como a burguesia vem se fortalecendo, inserindo diversas contrarreformas à classe trabalhadora, aos direitos trabalhistas através do Estado (Abepss, 2020). Esses debates buscaram fortalecer o projeto político da profissão em meio aos tempos de crise, dando materialidade através da Educação Permanente para lutar contra esses avanços da extrema direita e seus desvalores, que são contrapostos ao projeto defendido pela profissão.

Já a 6ª edição do ABEPSS Itinerante, ocorreu no ano de 2022 e teve como tema “Questão Social, 25 anos das Diretrizes Curriculares e os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Serviço Social” (Abepss, 2022a). Este tema deu evidência às Diretrizes Curriculares e aos Projetos Pedagógicos, abrindo discussões sobre como a formação profissional tem sido fragmentada para corresponder ao capital (Cfess, 2022a). Para tanto, foram pautadas discussões sobre o negacionismo, o reacionarismo, precarização do trabalho, os impactos sobre a educação, os ataques ao ensino superior e presencial, ataques à classe trabalhadora, sobretudo às violências cometidas à população negra, indígena, pessoas com deficiência, população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, *Queer* e mais (LGBTQ+). Então, foram desenvolvidas ações visando o fortalecimento das dimensões ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica, articulando coletivamente com as entidades, com os assistentes sociais, estudantes de Serviço Social e pesquisadores.

Evidenciando os módulos, a 6ª edição do ABEPSS Itinerante contou com quatro módulos. O Módulo 01 teve como tema “25 anos das Diretrizes Curriculares e Serviço Social inscrito na realidade Ementa: O Projeto de Formação Profissional da ABEPSS: História e princípios, diretrizes e eixos estruturantes. Formação sócio-histórica brasileira e o significado

sócio-histórico da profissão.” O Módulo 02 “Trabalho, Formação e a articulação ensino, pesquisa e extensão Ementa: O debate do Trabalho e formação como estratégicos na articulação entre ensino, pesquisa e extensão. A centralidade do estágio supervisionado nas Diretrizes Curriculares do serviço social. A pesquisa como elemento transversal nos projetos pedagógicos dos cursos. A extensão nos currículos de Serviço Social.”

O Módulo 03 foi nomeado como “Diretrizes Curriculares e Núcleos de Fundamentação (componentes curriculares, perfil) Ementa: Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 e estrutura curricular a partir da organização dos conhecimentos em três núcleos: “Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social”; “Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira”; “Núcleo de fundamentos do trabalho Profissional”. Desafios para uma formação coerente com as diretrizes curriculares da ABEPSS de modo a assegurar a sua direção crítica e a incorporação dos debates da formação sócio histórica brasileira em sua relação com os debates de classe, raça, etnia, sexualidades e diversidade humana”. E o módulo 04 centralizou-se nos temas como “Conjuntura atual e desafios para o fortalecimento dos projetos político-pedagógicos Ementa: Conjuntura atual e impactos para a política de educação”. “A direção social crítica nos projetos políticos-pedagógicos dos cursos de Serviço Social como estratégicos no enfrentamento à precarização do ensino superior, e no fortalecimento dos princípios e conteúdos das diretrizes Curriculares; e como instrumento fundamental para a direção da formação de novos profissionais”.

Portanto, por meio dessas análises das atividades de formação, de Educação Permanente e dos documentos pesquisados, ficou evidente como a concepção da Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS esteve presente, materializando-se como um “importante instrumento para a construção e qualificação das ações cotidianas no exercício da profissão e na sua capacidade de organização política” (Cfess, 2012, p. 15). Assumindo-se, assim, como um instrumento político-estratégico para enfrentar a ameaça neoliberal e neoconservadora, não apenas no conjunto da sociedade brasileira, como também dentro da própria profissão. Essa relação é crucial, pois, cada vez mais, têm sido identificadas algumas iniciativas que expressam esse conservadorismo, tal como o dito “Serviço Social libertário” e as diversas tentativas de vincular novamente a profissão às bases religiosas e confessionais (Moreira; Albuquerque; Pereira, 2023)¹.

¹À respeito deste assunto, pode-se encontrar mais detalhes no artigo: MOREIRA, A. S. A.; ALBUQUERQUE, C. S.; PEREIRA, E. M. DEMOCRACIA E SERVIÇO SOCIAL:: SOBRE O REVISIONISMO CONSERVADOR DA RENOVACÃO CRÍTICA. *QUALITAS REVISTA ELETRÔNICA*, [S. l.], v. 22, n. 3, p. 78–93, 2023. Disponível em: <https://revista.uepb.edu.br/QUALITAS/article/view/2452>.

Então, a forma como as ações de Educação Permanente foram elaboradas e executadas através do conjunto de ações e atividades, reforçou a perspectiva de problematização da realidade, visando uma formação profissional crítica e politizada para enfrentar as contradições do capitalismo. Por isso, mais do que nunca, visualizou-se a necessidade de criar mais estratégias para respaldar o projeto societário defendido pelo Serviço Social, valorizando a ética, os direitos humanos, exercendo a criatividade humana a fim de ampliar o conhecimento, consolidando a teoria e a prática, orientando a categoria profissional nesses tempos de crises (Cfess, 2023b). Então, a Educação Permanente se apresenta em defesa do trabalho profissional para reforçar e subsidiar as dimensões ético-política, teórico-metodológicas e técnico-operativas, recebendo reforço das Política Nacional de Educação Permanente do SUS e do SUAS (Cfess, 2012).

Com base nessa compreensão, reitera-se que há sempre um sentido, significado e finalidade nas ações de Educação Permanente defendidas pelo Serviço Social, logo, não é uma mera reprodução de informações, mas sim, uma educação problematizadora, comprometida com os interesses da classe trabalhadora, voltada para o diálogo, com conteúdos bem elaborados e temas que enfatizem aspectos da realidade social (Cfess, 2012). Nessas condições, é nítido como a Educação Permanente dentro do Serviço Social é um potencial para transformação das práticas profissionais, visando um aprendizado contínuo, permanente, reflexivo da realidade e também do espaço de trabalho, posicionando-se em defesa da classe trabalhadora. Essas atividades darão subsídio para que o profissional reproduza em seu cotidiano o que tem aprendido, materializando o processo de ação e reflexão, na medida em que compreende qual o sentido de transformar sua prática, de se respaldar de conhecimentos, inserindo significados às suas ações (Cfess, 2020). Isto embora exista na realidade concreta do cotidiano profissional um conjunto de circunstâncias voltadas para a intensificação do processo de alienação do trabalho, que a Educação Permanente por si só não dará conta de transformar, demandando iniciativas por parte dos próprios profissionais que impliquem em lutas coletivas em prol de melhores condições de trabalho e acesso às políticas.

Nessa concepção de Educação Permanente, o conceito de trabalho também entra em evidência ao assumir um sentido de formador e potencializador da criatividade humana e do processo de aprendizado, desassociando-se da concepção capitalista do trabalho como primordialmente alienante. Portanto, a Educação Permanente, no Serviço Social, resgata o sentido ontológico do trabalho, como bem evidenciado por Marx, para compor a formação humana em sua integralidade, assumindo uma dimensão de práxis. Ela é visualizada como um

princípio educativo, que orienta a relação individual e coletiva, uma educação no trabalho e pelo trabalho, para que o ser humano conviva e exerça suas potencialidades na sociedade como um sujeito político (Cfess, 2020). Por isso, precisa-se de muitos esforços, dentro dos limites da sociabilidade capitalista, para que seja difundida uma “[...] educação permanente na perspectiva do aprimoramento do exercício profissional de assistentes sociais, considerando a indissociabilidade entre trabalho e formação profissional na direção ético-política do Serviço Social brasileiro.” (Cfess, 2020, p.72).

Evidenciando essas nuances ao sistema capitalista e suas limitações, os documentos tecem críticas à privatização da educação e do ensino superior, bem como à imposição do modelo EAD na sociedade, buscando o aligeiramento e distanciamento das relações sociais, na medida em que insere um ensino tecnicista, acrítico, sem investimentos de recursos que corresponde ao projeto que tenta fragmentar e fragilizar o processo de formação profissional (Cfess, 2022a). Para tanto, reitera-se que o período pandêmico foi usado para ampliar o modelo de formação à distância, tendo sua inserção justificada como uma solução para reduzir o deslocamento e uma alternativa para aqueles com duplas e triplas jornadas de trabalho, ao invés de questionar o modelo capitalista, que é justamente aquele que impõe essas condições degradantes à classe trabalhadora (Cfess, 2023b).

Além dessas críticas, também foram acentuadas problematizações a respeito do grande número de graduações EAD em Serviço Social, muitas vezes de forma ilegal, tensionadas pelo aumento mercantil da oferta, desdobram-se descompromissados com o processo educativo e formativo dos estudantes (Cfess, 2020). Logo, com “[...]currículos flexíveis e frágeis na apreensão da teoria social crítica. E a dificuldade de consolidar o tripé do ensino, pesquisa e extensão, na formação profissional dos (as) assistentes sociais” (Abepss, 2014, n/p), assim, levando a diversas contradições no processo de ensino e aprendizagem, visto que o Serviço Social, através das articulações de suas entidades, defende o ensino presencial, uma educação pública e de qualidade. Isto, muito embora, as próprias entidades da profissão tenham se utilizado de mecanismos de formação, por intermédio de plataformas digitais, no período da pandemia, por entender a sua excepcionalidade.

Dessa forma, foi possível identificar que, além dos cursos, seminários e oficinas, a Educação Permanente assume um sentido muito mais amplo no Serviço Social, compondo também processos que dizem respeito à elaboração coletiva de posicionamentos, sistematização do conhecimento, através de publicações de artigos, de livros, as mais diversas iniciativas de debates na profissão e articulações políticas, como a exemplo da articulação com o Conselho de Psicologia, tendo em vista a lei que determina a contratação de psicólogos

e assistentes sociais em escolas. Através dessas iniciativas e nesse conjunto de ações, foi possível visualizar aspectos que reforçam a concepção de Educação Permanente como ferramenta de disputa de hegemonia no Serviço Social. Isso porque, como bem evidenciado ao decorrer do capítulos, nos próprios documentos e iniciativas, foram pautadas tendências da realidade capitalista, as contradições existentes no trabalho, a precarização, o sucateamento do público, advindos das implicações do neoliberalismo, neofascismo, reacionarismo e o intenso avanço do neoconservadorismo sobre a profissão e a sociedade (Cfess, 2023b).

Vale registrar o avanço do neoconservadorismo como o tema mais mencionado nos documentos e atividades, sobretudo, nas ações da ABEPSS. Esse avanço faz parte do projeto hegemônico vigente que, para se manter, fragmenta a classe trabalhadora e desmonta seus mecanismos de organização, defesa e resistência. Esse projeto burguês se apropria do Estado e usa de diversos mecanismos para sequestrar e convencer a sociedade civil que seu projeto é o melhor. Então, esse projeto é inserido nas instituições através das precarizações, da privatização do ensino, usando-se do autoritarismo, de contrarreformas e sucateamento das políticas públicas, da saúde, da assistência social, da educação, da política de habitação, ética, direitos humanos, enquanto criminaliza a pobreza, desvaloriza a ciência, a cultura e exalta discursos extremamente misóginos, racistas, lgbtfóbicos, preconceituosos, capacitistas a fim de conservar seus valores contra a classe trabalhadora (Cfess, 2023b).

Essas condições recaem diretamente na formação individual e coletiva da sociedade, tornando-se difícil uma organização política e incisiva contra esse projeto burguês. Por isso, considerando essas questões, que também estão inseridas na profissão do Serviço Social e no seu estágio curricular, as atividades são desenvolvidas como uma alternativa para que a educação e a formação profissional não sejam tão fragmentadas, considerando que a realidade é um processo dinâmico, histórico, social e contínuo, demandando constantes atualizações e conhecimentos para manejá-la. A exemplo, as Campanhas do/a Dia do Assistente Social, com temas novos a cada ano, os relatórios do CFESS-CRESS de 2017 a 2020, que refletiram discussões sobre a Emenda Constitucional 95, a entrada do governo Bolsonaro que foi seguida pelo Golpe de Temer. Enquanto o relatório de 2020 a 2023 refletiu um contexto voltado aos efeitos da pandemia do Covid-19, ampliando os debates sobre a legalização do aborto e luta anticapacitista na profissão (Cfess, 2023b). No entanto, mesmo havendo esse esforço para evidenciar tendências da atualidade, ainda assim essas atividades e ações, por si mesmas, não são suficientes, pois são perpassada por limitações como a falta de orçamentos para realização contínuas, espaço restritos, sobrecarga de trabalho, precarização dos aparelhos públicos, dificuldades de mobilização por partes dos profissionais, por nem sempre estarem

convencidos sobre tal necessidade a aprender, além de serem perpassados por todas essas questões impostas pelo capital (Cfess, 2020).

Apesar dessas limitações, elas são iniciativas com grande potencial na luta de projetos hegemônicos no Serviço Social. Portanto, é necessário construir estratégias políticas e coletivas permanentemente, articulando-se, na medida do possível, para enfrentar essas condições impostas pelo capital, por esse avanço que tem se inserido na profissão para restabelecer práticas conservadoras, clientelistas, assistencialistas, filantrópicas, moralistas resguardadas pelo projeto burguês (Cfess, 2020). Vale destacar, que a profissão por si mesma não mudará a sociedade, há muitos desafios a serem enfrentados, demandando-se de articulações coletivas da sociedade com um projeto contra-hegemônico. Em prol disso, o Serviço Social materializa a Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS, como resistência e com o compromisso ético-político e pedagógico aliado à classe trabalhadora (Cfess, 2012).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu compreender a Educação Permanente enquanto instrumento político-estratégico na disputa de hegemonia no Serviço Social, sendo um potencializador do projeto ético-político profissional, alinhado ao projeto societário da classe trabalhadora na disputa atual com o projeto hegemônico do capital. Ao decorrer das discussões, foi possível visualizar como o neoconservadorismo, neoliberalismo e a crise profunda do capitalismo reforçam diversos desmontes na sociedade, como também tentativas de vincular a profissão novamente às práticas conservadoras. Em conjunto a essas ameaças moldadas também pela reestruturação produtiva, emergiu, durante o período de 2019-2022, um intenso avanço da extrema direita no Brasil, uma pandemia junto com o acirramento das expressões da questão social.

As consequências desse conjunto de aspectos repercutiram na fragilização da educação, da formação profissional, intensos desafios ao exercício profissional do assistente social e ao aumento das desigualdades sociais, que já estava em curso para beneficiar o projeto burguês. Por conseguinte, demandou-se das entidades representativas encontrarem estratégias para assegurar, mesmo que minimamente, uma formação profissional crítica e problematizadora para lidar com as questões impostas na realidade. Então foram desenvolvidas diversas iniciativas elaboradas de acordo com o que a Política de Educação Permanente da profissão se propõe.

Seguindo assim, compreende-se que, de acordo com os elementos apresentados durante o trabalho de conclusão de curso, de um lado, tem avançado sobre a profissão um projeto conservador e neoliberal, e por outro, as entidades têm se apropriado da Educação Permanente, embora nem sempre sinalizadas como tal, para enfrentar esse projeto burguês e materializar seu projeto ético-político profissional em defesa da classe trabalhadora (Cfess, 2012). Por conseguinte, como a Educação Permanente também é um conceito em disputa na sociedade, o Serviço Social tem se apropriado dela com seu projeto ético-político profissional, indo contra aquela educação tecnicista, conteudista, despolitizada e acrítica, que não leva o profissional a refletir sobre seu próprio trabalho, considerando-o como instrumento alienado para reproduzir e servir sua mão de obra ao capital (Cfess, 2012).

Nessa disputa hegemônica dentro do Serviço Social, a Educação Permanente tende a assumir uma formação qualificada, crítica, de ação política, organizativa e ativa da classe trabalhadora, dando possibilidades para uma organização política para enfrentar o projeto hegemônico do capital. Ela é, “[...] portanto, uma exigência e deve ser estimulada e acrescida

de elementos novos, apontados pelas experiências de expansão da consciência crítica e do conhecimento sobre a vida social e política.” (Cfess, 2023b, p.48). Logo, é contraposta ao projeto societário burguês, que tenta despolitizar a organização e a classe trabalhadora para manter seu projeto hegemônico em curso. Assim, infere-se que a Educação Permanente pode dar subsídios ao projeto profissional do Serviço Social, em defesa de um projeto societário sem exploração e opressão da sociedade, retomando o trabalho de base nos espaços de controle social, com a participação popular na construção de um projeto contra-hegemônico pela superação do capital.

À vista disso, observou-se que, dentro do recorte temporal entre 2019 a 2022, as entidades representativas, especialmente o Conjunto CFESS-CRESS e ABEPSS, desenvolveram iniciativas para enfrentar as condições da conjuntura no exercício profissional e engajar os profissionais a enfrentarem as mais diversas formas de manifestação do conservadorismo, dentro e fora da profissão. As atividades deram possibilidades aos profissionais a se respaldarem em conhecimentos e estratégias para enfrentar as questões de raça, questões de gênero, a enfrentarem, dentro do possível, o acirramento das expressões da questão social. Consonante, também desvelou potenciais para lutar contra os projetos antagônicos, como as tentativas de vincular novamente a profissão à igreja, à práticas caritativas, filantrópicas, conservadoras, entre outras. Essas discussões foram desenvolvidas sob uma perspectiva crítica e problematizadora do cotidiano, considerando os participantes como sujeitos conscientes e políticos, conforme caracterizado na Política de Educação Permanente do Serviço Social.

Contudo, embora essa perspectiva crítica e problematizadora esteja presente, as iniciativas de Educação Permanente também são perpassadas por limitações e obstáculos para se materializarem. Na análise documental ficou evidente como um orçamento limitado recaiu diretamente nas elaborações das atividades, levando à restrição do número de participantes, de materiais, de atividades culturais e da própria articulação coletiva entre os profissionais. Juntamente a isso, as condições de vida dos assistentes sociais, por muitas vezes precisarem de mais de um vínculo empregatício, de estarem inseridos em péssimas condições de trabalho, nem sempre viabilizaram participar das atividades. Outro fator importante que limita a materialização é a precarização dos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social, das políticas públicas e sociais, permeadas pela ascensão da extrema direita, do neoconservadorismo, neofascismo que impõem constantes ataques à classe trabalhadora e aos direitos humanos. E dentro do recorte temporal da pesquisa, a inserção forçada do ensino

remoto “emergencial” desvelou-se como um dos maiores desafios profissionais, pois foi inserido sem considerar qual a qualidade da formação entregue aos estudantes.

Por tais motivos, as entidades representativas utilizaram-se de TICs para construir meios de garantir, mesmo que minimamente, uma formação crítica e política aos profissionais e estudantes de Serviço Social. Logo, a Educação Permanente foi inserida como um instrumento estratégico para enfrentar esse projeto de precarização do ensino e da formação, moldando as atividades para problematizar as questões da sociabilidade capitalista. Assim, pode-se conceber que, ao mesmo tempo que essas limitações impõem dificuldades e desafios à materialização da Política de Educação Permanente do Serviço Social e ao Projeto Ético-Político, a Educação Permanente no Serviço Social tem potencial para ser um instrumento que enfrente esses ataques e respalde o projeto profissional. E mesmo diante de uma conjuntura de destruição de direitos, de uma pandemia, as entidades representativas buscaram usar seu potencial para realizar as atividades e dialogar como os Assistentes Social deveriam se posicionar diante das atividades que, muitas vezes, extrapolaram suas capacidades. Mas, mesmo com todos esses potenciais, vale reiterar a importância de não cair no idealismo como se a Educação Permanente fosse resolver tudo, pois para que seu potencial seja de fato concretizado, precisará de muita mobilização coletiva dos profissionais e também da classe trabalhadora.

Desse modo, entende-se que o objetivo inicial do trabalho de conclusão de curso foi atingido na medida em que a pesquisa documental e bibliográfica possibilitou o entendimento de que, mesmo nem sempre identificada como tal, a Educação Permanente adquiriu materialidade para além daquilo proposto na própria Política Nacional de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS. Isto pressupõe uma concepção ampliada de Educação Permanente que dialoga com o conjunto de iniciativas desenvolvidas pela profissão, voltadas para uma formação continuada que potencialize não apenas o acesso ao conhecimento crítico, como também ao posicionamento político. Portanto, dentro do que o trabalho se propôs, foi possível compreender que a Educação Permanente do Serviço Social tem potencial para materializar o projeto ético-político hegemônico no Serviço Social e também em ser um projeto contra-hegemônico societário para enfrentar o projeto hegemônico burguês.

O estudo também desvelou pelo caminho algumas dificuldades e questionamentos. Foi observado que a Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS é o documento mais recente, desde 2012, que orienta a profissão sobre Educação Permanente, portanto, não houve novas atualizações ou produções, exclusivamente por parte das entidades,

para orientar a categoria profissional a respeito do tema. Em decorrência, o estudo ficou concentrado em único material oficial para interpretar e conhecer a perspectiva de Educação Permanente no Serviço Social. Embora a política em questão tenha deixado explícita a concepção de Educação Permanente na profissão, nos desdobramentos e interpretações dos documentos, identificou-se a necessidade de produções que dialoguem com as dinâmicas e questões mais atuais, como as novas tendências do trabalho, como o avanço do neofascismo, do neoliberalismo, do neoconservadorismo, sobretudo, o diálogo com o período pandêmico e a incorporação incessante do ensino remoto.

Para além dessas implicações, também foi observado nas análises documentais que a maioria das atividades e ações desenvolvidas, dentro do que a Política de Educação Permanente do Serviço Social se propõe, com uma formação crítica e de qualidade, não foram sinalizadas e reconhecidas como tal. Por consequência, tornou-se um grande desafio identificar quais atividades, de fato, materializavam a Política de Educação Permanente do Serviço Social e quais não se enquadravam em sua concepção, sem cair no risco de inseri-las numa perspectiva genérica. Essa falta de sinalização reflete um certo apagamento da própria política na profissão e a urgência de mais discussões em torno do tema, tanto para fortalecer, dar materialidade e potencial para a política enquanto instrumento do Serviço Social, como para subsidiar os profissionais e estudantes de conhecimentos e estratégias ético-políticas na disputa de projetos antagônicos na profissão e na sociedade.

Respalhando essas análises, reitera-se que a Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS propõe-se a ser um instrumento com potencial para enfrentar as demandas da realidade, transformar as práticas e dar subsídios para a materialização do projeto ético-político profissional, ainda que dentro dos limites do capitalismo. Logo, se ela não tem sido atualizada e suas ações e atividades pouco reconhecidas como Educação Permanente, significa que sua materialização e execução estão fragilizadas a ponto de não extrair todo seu potencial para a profissão. Também adensa-se que o projeto ético-político profissional do Serviço Social por si só demanda constantes atualizações, de uma educação contínua e permanente por parte dos profissionais e das entidades para lidarem com as dinamicidades da realidade social, por isso urge a necessidade de atualizá-la.

Nesse ínterim, a construção deste trabalho visualizou diversos potenciais para futuros projetos. Entre eles a articulação, que não foi contemplada no presente estudo, entre as Políticas Nacionais de Educação Permanente do SUAS e do SUS com a Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS. Isto porque tanto a assistência social quanto a saúde compõem espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais, sendo atravessadas pelo

neoconservadorismo, neoliberalismo, por precarizações. Logo, articulá-las pode abrir diversas possibilidades para a materialização da Educação Permanente pelos profissionais e também para a própria instituição. Dentre essas possibilidades de articulações, pode-se considerar, a exemplo, o potencial de ultrapassar a concepção genérica das atividades de Educação Permanente, que muitas vezes são atribuídas nas instituições por uma perspectiva de educação “não permanente”, na medida em que objetivam apenas “treinar” os profissionais e ampliar currículos sob uma “ética” capitalista. Outrossim, essa articulação conjunta das políticas pode abrir mais espaços para construções de atividades nas instituições, como também dialogar com a própria residência dos assistentes sociais e estágios supervisionados, caracterizando-se como uma atividade de Educação Permanente.

Outra observação repercutida é a necessidade de um material oficial construído por assistentes sociais sobre como eles visualizam e materializam a Educação Permanente, o que eles pensam sobre essa política, quais os limites e potencialidades atribuídas a ela nos seus espaços de trabalho. Ter essas considerações e retornos pela ótica dos profissionais que a vivenciam, em diferentes contextos e espaços sócio-ocupacionais, abre possibilidades para enriquecer a própria política e também a desenvolver novas estratégias coletivas no Serviço Social. Pois, conforme vem sendo apresentado neste trabalho, ela tem potencial para aprimorar as práticas profissionais, a substancializar as dimensões teórico metodológica, ético-política e técnico-operativa para enfrentar os avanços dos projetos antagônicos e as questões advindas do capital.

Essas nuances de conhecimentos e questionamentos, despertou interesses e curiosidades para futuras discussões. Visualizou nessas discussões, o anseio em aprofundar os estudos a respeito do sentido ontológico da educação e o trabalho como princípio educativo. Essas questões foram decorrentes da construção do trabalho, na medida em que a Educação Permanente foi concebida como um grande potencial para uma educação contra-hegemônica. E nessas possibilidades, devido ao limite do tempo e também por não ter sido um objetivo do trabalho, ensejou para futuras pesquisas e possibilidades de mudança na educação, na sociedade e no Serviço Social a articulação e aproximação com o sentido da Educação em Gramsci e de Paulo Freire com a Educação Permanente.

Portanto, diante do exposto, espera-se que esse debate não se esgote aqui. Se faz necessário a ampliação das discussões sobre a Política de Educação Permanente do Serviço Social, desvelando seus potenciais para materializar o projeto ético-político, para enfrentar esse avanço neoliberal, neoconservadorismo, o projeto burguês sobre a profissão e a sociedade. E embora tenha-se evidenciado algumas fragilidades na sua materialização,

sobretudo, pela ausência de identificação das atividades enquanto tal, incide a necessidade de articular as diversas formas Educação Permanente a ações concretas, que viabilizem mudanças na profissão do Serviço Social e no conjunto da sociedade. Contudo, vale destacar que, mesmo implicitamente, as iniciativas construídas pelas entidades representativas têm sido desenvolvidas pela perspectiva de Educação Permanente, mas urge que ela seja valorizada, aproveitada e reconhecida como tal. Esse reconhecimento, conforme exposto ao longo deste TCC, dará mais respaldo para o enfrentamento das questões da realidade e o fortalecimento das bandeiras de lutas, construindo uma consciência de classe na perspectiva da direção ético-política da profissão, coadunada com os interesses da classe trabalhadora..

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M. B. C. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social & Sociedade**, n. 127, p. 456–475, set. 2016.

ALMEIDA, Janaína Rocha de Sousa *et al.* Educação Permanente em Saúde: uma estratégia para refletir sobre o processo de trabalho. **Revista da ABENO**, v. 16, n. 2, p. 7-15, 12 jul. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.30979/rev.abeno.v16i2.248>. Acesso em: 9 ago. 2023.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: Reestruturação produtiva e crise do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANDRADE, D. P. NEOLIBERALISMO: Crise econômica, crise de representatividade democrática e reforço de governamentalidade. **Novos estudos CEBRAP**, v. 38, n. 1, p. 109–135, jan. 2019.

ANDRADE, F. R. B.; CAVAINAC, M. D.. Serviço Social e universidade em tempos de ensino remoto emergencial. **Serviço Social & Sociedade**, n. 144, p. 52–70, maio de 2022.

AROUCA, L. S. O Discurso Sobre A Educação Permanente (1960-1983). **REVISTA PRO-POSIÇÕES**, Campinas - SP, v. 7, n.2, p. 65-78, 1996.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Ética e Direitos humanos: Elementos para a crítica ao conservadorismo**. 2020, Disponível em: <http://itinerante.abepss.org.br/>. Acesso em: 10 set. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **PROJETO ABEPSS ITINERANTE 2014 ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: desfazendo os nós e construindo alternativas**. [S. l.: s. n.], 2014. 18 p. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201604041620107714300.pdf. Acesso em: 10 set. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Questão Social, 25 anos das Diretrizes Curriculares e os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Serviço Social**. 2022a, Disponível em: <http://itinerante22.abepss.org.br/>. Acesso em: 10 set. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS**. 2022b. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-2022/apresentacao-enpess-83>. Acesso em: 1 set. 2023.

BARROCO, M. L. DA S.. Direitos humanos, neoconservadorismo e neofascismo no Brasil contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**, n. 143, p. 12–21, jan. 2022.

BARROCO, M. L. S.. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social*. **Serviço Social & Sociedade**, n. 124, p. 623–636, out. 2015.

BEHRING, E. R. Crise do capital, fundo público e valor. In: BOSCHETTI, I., *et al.* **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 13-34.

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional*. **Serviço Social & Sociedade**, n. 124, p. 637–651, out. 2015.

BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R.. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem?. **Serviço Social & Sociedade**, n. 140, p. 66–83, jan. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, [2019]. 131 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Educação Permanente do SUAS – PNEP/SUAS**. 1ª ed. – Brasília: DF, 2013, 57p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, p. 64, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: o que se tem produzido para o seu fortalecimento?** Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Secretaria-Executiva. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. **Glossário temático: gestão do trabalho e da educação na saúde**. 2ª ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde; 2013.

BRAZ, M.; TEIXEIRA, J. B. O projeto ético-político do Serviço Social. In: ABEPSS; CFESS (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: Cfess/Abepss, UnB, 2009, p. 185-201.

BRETTAS, T. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. **Temporalis, [S. l.]**, v. 17, n. 34, p. 53–76, 2017. DOI: 10.22422/2238-1856.2017v17n34p53-76. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/17702>. Acesso em: 5 jul. 2023.

CEOLIN, G. F.. Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 118, p. 239–264, abr. 2014.

CHAVES, H. L. A.; ARCOVERDE, A. C. B.. Desigualdades e privação de direitos na sociabilidade capitalista e suas expressões no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, n. 141, p. 164–182, maio 2021.

CIRILO, J. F. DE; MARCO, R. M. DE; COLCETE, R. C. O Avanço do Conservadorismo no Serviço Social: Requisições e Impactos para o Exercício Profissional nas Políticas Sociais. **Humanidades em Perspectivas**, v. 3, n. 2, 25 jul. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília, 1993.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Dia do/a Assistente Social.**

2023a. Disponível em:

<http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/dia-doa-assistente-social#:~:text=Anualmente,%20o%20Conjunto%20CFESS-CRESS,o%20Encontro%20Nacional%20CFESS-CRESS.>

Acesso em: 19 set. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Estande CFESS no XVII CBAS.** 2022b. Disponível em:

<https://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/cfess-no-xvii-cbas>. Acesso em: 19 set. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **PERFIL DE ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL: FORMAÇÃO, CONDIÇÕES DE TRABALHO E EXERCÍCIO PROFISSIONAL.** Brasília: CFESS, 2022a. Disponível em:

<http://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>. Acesso em: 2 set. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS.** Brasília-DF: CFESS, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Porque o Conjunto CFESS-CRESS Defende 30 Horas de Jornada Semanal para Assistentes Social.** Brasília, ago. 2010. Disponível em:

http://www.cfess.org.br/arquivos/documentofavoravel_plc152-2008_final.pdf. Acesso em: 22 ago. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Relatório Final Gestão: É de batalhas que se vive a vida!** Brasília: [s. n.], 2020. 144 p. Disponível em:

<http://www.cfess.org.br/arquivos/RelatorioFinal-GestaoEdeBatalhas2017-2020-CFESS.pdf>.

Acesso em: 19 set. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Relatório Final Gestão: Melhor ir à luta com raça e classe em defesa do Serviço Social.** Brasília: [s. n.], 2023b. 128 p.

Disponível em:

<http://www.cfess.org.br/fotos/RelatorioFinalMelhorIraLuta2020-2023-Acessivel.pdf>. Acesso em: 9 set. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social.** Vol. 2. Brasília(DF), 2014. Disponível em:

http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/CFESS_incompatibilidadevolume2_2014.pdf. Acesso em: 10 ago. 2023.

DIAS SOBRINHO, J.. Educação superior: bem público, equidade e democratização.

Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas, v. 18, n. 1, p. 107–126, mar. 2013.

EURICO, M. C.. A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 133, p. 515–529, set. 2018.

FARAGE, E.. Educação superior em tempos de retrocessos e os impactos na formação profissional do Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 140, p. 48–65, jan. 2021.

FERNANDES, F. **Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”**. São Paulo: Hucitec, 1979.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FORTUNATO, Valquiria Quintanilha. **A Educação Permanente Como Estratégia de Mediação no Trabalho do/a Assistente Social no SUAS**. 2018. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 45. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GADOTTI, Moacir. **A Educação Contra a Educação: O esquecimento da Educação e a Educação Permanente**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 5ª edição, 1992.

GALVAO, A. C. ; SAVIANI, D. Educação na Pandemia: a falácia do “ensino” remoto. **Caderno Universidade & Sociedade**, ANDES-SN, Brasília, v. 67, p. 36-49, 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo. Atlas. 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Edição Carlos Nelson Coutinho.

GRAMSCI, Antonio. **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. Organização e Introdução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. (Leitores). 375p.

GUIRALDELLI, Reginaldo; ENGLER, Helen Barbosa Raiz. As categorias gênero e raça/etnia como evidências da questão social: uma reflexão no âmbito do Serviço Social. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 17, n.1, p. 248-267, 2008. Disponível em: <http://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/12/77>. Acesso em: 01 jun. 2023.

HORA, S. S. D. *et al.* A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS: UMA ANÁLISE SOBRE O NOVO MODELO PRIVATISTA DE GESTÃO NA SAÚDE PÚBLICA. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, v. 1, n. 1, 2018.

IAMAMOTO, Marilda Villela ; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica.. 1ª. ed. São Paulo: Cortez / CELATS, 1982. v. 1. 383p.

IASI, M. L.. Cinco teses sobre a formação social brasileira (notas de estudo guiadas pelo pessimismo da razão e uma conclusão animada pelo otimismo da prática). **Serviço Social & Sociedade**, n. 136, p. 417–438, set. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.187>. Acesso em: 20 jul. 2023.

LABRONICI, R. B.. ANTUNES, Ricardo (org.). 2020. *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. 1. ed. São Paulo: Boitempo. 333 pp.. **Mana**, v. 27, n. 1, p. e271803, 2021.
 LEMOS, Cristiane Lopes Simão. Educação Permanente em Saúde no Brasil: educação ou gerenciamento permanente? **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 3, p. 913-922, mar. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232015213.08182015>. Acesso em: 1 ago. 2023.

LIMA, J. B. de. O Projeto profissional do serviço social em debate: entre a intenção de ruptura e as tendências do neoconservadorismo. **Temporalis**, [S. l.], v. 17, n. 33, p. 15–39, 2017. DOI: 10.22422/temporalis.2017v17n33p15-39. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/14273>. Acesso em: 2 jul. 2023.

LIMA, Marcelo. **Trabalho e Educação no Brasil**: da formação para o mercado ao mercado da formação. 01. ed. Curitiba: CRV, v. 01. 130p, 2016.

LOPES, Josefa Batista. 50 ANOS DO MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA: a construção da alternativa crítica e a resistência contra o atual avanço do conservadorismo. **Revista Políticas Públicas**, v. 20, n. 1, p. 237, 21 jul. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v20n1p237-252>. Acesso em: 1 jul. 2023.

MARINHO, S.. Diversidade de gênero na sociabilidade capitalista patriarcal: as identidades trans em perspectiva. **Revista Katálysis**, v. 21, n. 3, p. 602–610, set. 2018.

MARX, Karl. Livro 1 – O processo de produção do capital. In: **O Capital** – crítica da economia política. 12. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988. v. I.

MEIRELLES, Elisa. 2012: um ano de debate. **Novaescola**. 2018. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/2756/2012-um-ano-de-debate>. Acesso em: 15 set. 2023.

NASCIMENTO, Chrislayne Caroline dos Santos; OLIVEIRA, Carla Montefusco de. EDUCAÇÃO PERMANENTE E SERVIÇO SOCIAL: APONTAMENTOS SOBRE A FORMAÇÃO PROFISSIONAL. **Temporalis**, [S. l.], v. 16, n. 31, p. 133–166, 2017. DOI: 10.22422/2238-1856.2016v16n31p133-166. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/12321>. Acesso em: 20 ago. 2023.

NETTO, L. E. **O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica**. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, C. DA S.. Neoliberalismo, sofrimento e indiferença. **Revista Katálysis**, v. 25, n. 2, p. 365–373, mai. 2022.

OLIVEIRA JUNIOR, Geraldo Coelho de. Conceito de hegemonia em Gramsci: possibilidades de compreensão a partir da educação. **Revista ORG & DEMO**, v. 21, n. 2, p. 159-174, 19 fev. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/1519-0110.2020.v21n2.p159-174>. Acesso em: 25 jul. 2023.

PAIVA, V. Educação permanente: ideologia educativa ou necessidade social? In: Paiva V, Rattner H, organizadores. **Educação Permanente e capitalismo tardio**. São Paulo: Cortez; 1985. p. 67-9

PAULO NETTO, José. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: **Serviço Social e Saúde**. Formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

RAICHELIS, R.. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social & Sociedade**, n. 107, p. 420–437, jul. 2011.

RAICHELIS, R.. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. **Serviço Social & Sociedade**, n. 116, p. 609–635, out. 2013.

SANTOS, Emily. Brasil está entre países que não aumentaram recursos para educação na pandemia, diz OCDE. **G1**, São Paulo, 16, set. de 2021. Educação. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/09/16/brasil-esta-entre-paises-que-nao-aumentara-m-recursos-para-educacao-na-pandemia-diz-ocde.ghtml>. Acesso em: 16 jul. 2023.

SANTOS, J. S.. O enfrentamento conservador da “questão social” e os desafios para o Serviço Social no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, n. 136, p. 484–496, set. 2019.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 32. ed., Campinas, SP: Autores Associados, 1999, 105p.

SIMIONATTO, Ivete; COSTA, Carolina Rodrigues. Estado e políticas sociais: a hegemonia burguesa e as formas contemporâneas de dominação. **Revista Katálysis**, v. 17, n. 1, p. 68-76, jun. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1414-49802014000100007>. Acesso em: 16 jul. 2023.

SOUZA, D. O. A pandemia de COVID-19 para além das Ciências da Saúde: reflexões sobre sua determinação social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 2469–2477, jun. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020256.1.11532020>.

TONET, I. **Educação contra o capital**. Coletivo Veredas, 2016.

TONET, I. Educação e formação humana. **Ideação**, [S. l.], v. 8, n. 9, p. p. 09–21, 2000. DOI: 10.48075/ri.v8i9.852. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/852>. Acesso em: 25 jul. 2023.

TONET, I. Interdisciplinaridade, formação humana e emancipação humana. **Serviço Social & Sociedade**, n. 116, p. 725–742, out. 2013.

TRIGUEIRO MENDES, D. Um Novo Mundo, Uma Nova Educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 113, jan./mar. p. 9-18, 1969.

TRINDADE, M. Financeirização do Capital e Questão Social no Contexto do Novo-Desenvolvimentismo. **SER Social**, [S. l.], v. 16, n. 35, p. 327, 2015. DOI: 10.26512/ser_social.v16i35.13400. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/13400. Acesso em: 26 set. 2023.

YAZBEK, M. C. *et al.*. A conjuntura atual e o enfrentamento ao coronavírus: desafios ao Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 140, p. 5–12, jan. 2021.